

Unidade II

5 A ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 1936 A 1945

A fim de sintonizar o contexto sócio-histórico que permeou a primeira escola de serviço social em São Paulo, um passeio na história brasileira realizou-se a fim de justificar a emergência da institucionalização do serviço social.

5.1 Contexto histórico – décadas de 1910, 1920 e 1930

Esse período foi marcado por um processo de diferenciação econômica: expansão da lavoura cafeeira, tímido desabrochar da indústria, aceleração do processo de urbanização e emergência de um mercado interno. Esse cenário faz despontar uma estrutura social mais complexa, em que surgem novos atores: o crescimento das camadas médias urbanas, a constituição do proletariado e da burguesia industrial, o incremento da imigração europeia, a crescente organização e autonomia das Forças Armadas. Disso resulta a ampliação nas bases de representatividade do sistema vigente.

Agreguem-se a isso a tensão entre as aspirações políticas dos novos atores e o poder das oligarquias agroexportadoras, a efervescência ideológica em virtude dos conflitos sociais, a ocorrência de greves operárias.

Em 1922 presencia-se a concretização da inquietude cultural e estética com a Semana da Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil e a agitação nos quartéis, colocando em cena os movimentos tenentistas.

A Igreja, excluída de programas e soluções para esse contexto sociopolítico, reage em face à ameaça de ser marginalizada do processo político nacional. A reação católica assumiu posição de destaque no contexto brasileiro, configurando-se um importante núcleo aglutinador da sociedade civil (estratos médios e superiores).

O primeiro sinal mais vigoroso de oposição ao espírito acomodaticio da Igreja, e que se converte no baluarte da "reação católica", é a carta pastoral de 1916, de Dom Leme, recém-nomeado arcebispo da diocese de Olinda e Recife.

Há uma crise de ordem moral, sendo a solução a recristianização da sociedade, que seria capaz de restaurar a unidade espiritual do país, devolvendo-lhe seu equilíbrio e harmonia naturais. Propõem-se um revigoramento de laços entre os leigos e a hierarquia eclesiástica. Intelectuais teriam como tarefa combater as bases agnósticas e laicistas do regime, disseminando a doutrina cristã pela sociedade e suas instituições.



Lembrete

A falta de instrução religiosa era a causa do indiferentismo e da inércia dos católicos. Combate o "catolicismo de sentimento". Fundamenta a fé em um conhecimento aprofundado dos ensinamentos cristãos.

Já na primeira metade do século XX, o Estado de São Paulo vivenciou um acelerado processo de industrialização e enriquecimento devido aos lucros da lavoura de café e à articulação da política do **café com leite**, pela qual se alternavam na presidência da República políticos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais.

Em meio à grave crise econômica causada pela Grande Depressão de 1929, que derrubara os preços do café, eclodiu a Revolução de 1930.

A partir da Revolução de 1930, com Vargas, houve a quebra do regime oligárquico e a ascensão das classes assalariadas urbanas. A política de Governo evidenciava a mudança no modelo econômico brasileiro cujas consequências no plano social e político foram inúmeras e ocasionaram mudanças no tratamento da **questão social**. Esta deixou de ser encarada como **caso de polícia** e passou a ser tratada como uma **questão de política**, ou seja, o Estado passou a legislar sobre a política social, que tomou corpo por meio de leis trabalhistas, sindicais, previdenciárias e assistenciais.

A legislação trabalhista visava principalmente ao controle do Estado sobre a classe operária. Assim, o Governo, ao reconhecer as especificidades sociais do setor urbano e visando manter o equilíbrio interno da classe dominante, começou a criar inúmeros mecanismos controladores, encaminhando-se na direção de disciplinar e normatizar, na esfera interna, as condições para o intercâmbio e o funcionamento das forças produtivas que deveriam atender às demandas do mercado do país. Surgia, então, a necessidade da mudança cultural.

As eleições presidenciais de 1930 foram vencidas por Júlio Prestes (presidente oriundo do Estado de São Paulo). A oposição não aceitou a derrota de Getúlio Vargas, e teve início em 3 de outubro a Revolução de 1930. A revolução saiu vitoriosa e, em 3 de novembro, Getúlio Vargas tomou posse como chefe do segundo "governo provisório" da República, pondo fim à República Velha e à supremacia política das oligarquias paulistas.

Tal mudança era previsível, pois a sociedade brasileira ainda estava vinculada a valores e padrões da sociedade escravista, sendo que as lideranças e as organizações ainda apresentavam-se sob a mentalidade oligárquica. Reconhecia-se, dessa forma, que sem essas mudanças e renovações o país não poderia atender ao padrão capitalista.

Faoro (2000) destaca que o poder público brasileiro entre os anos 1930 e 1945 criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos. Também estabeleceu atos oficiais, leis e decretos sobre problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais,

tecnológicos, sociais e outros. O Estado brasileiro desencadeou uma nova racionalidade assistencial, ao mesmo tempo em que vivia um processo de modernização que tentava ajustar-se aos ditames da economia internacional.

Conforme Faoro (2000, p. 320-321),

[...] os problemas sociais deveriam ser incorporados ao mecanismo, pacificá-los, domando-os entre extremismos, com a reforma do aparelhamento, não só constitucional, mas político-social. Essas correntes ocupam o cenário, na verdade, antes que assumam consciência de seus interesses, antecedendo às transformações econômicas que justifiquem seu poder, a necessidade de um Estado orientador, alheado das competições, paternalista na essência, controlado por um líder e sedimentado numa burocracia superior, estamental e sem obediência a imposições de classes. Repelido o comunismo, duramente combatido, afastadas as proposições socializantes, num aglomerado confuso de tendências e alas [...], a nota modernizadora do movimento assume feições nacionalistas: um direito público brasileiro, uma política brasileira. A nacionalização da economia – nacionalização e não socialização – completa o quadro, sob o pressuposto do aniquilamento do centrifugismo estadualista.

Em 1932 inicia-se a organização de um movimento armado para a derrubada de Vargas. O Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo, que haviam apoiado a Revolução de 1930, unem-se na Frente Única para exigir o fim da ditadura do “governo provisório” e a preparação de uma nova Constituição (movimento de constitucionalização). O término da Revolução Constitucionalista marcou o início do processo de democratização: Constituição de 1934.

Vargas adotou, de forma mais sistemática, uma política pragmática, paternalista e populista, visando à manutenção do pacto de dominação e da paz social, e para que isso se tornasse possível buscou alianças com a classe popular e a burguesia. Fez uso, de forma combinada, da distribuição de favores e da concessão de direitos, com repressão e integração dos trabalhadores. Nessa direção, destacam-se a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o atrelamento dos sindicatos a este Ministério, além de uma política de enfrentamento da **questão social**, que se evidencia através da concessão do salário mínimo, férias remuneradas, limitação da jornada de trabalho, limitação sobre a exploração da força de trabalho infantil e da mulher, entre outros.

Desde então o Estado tornou-se um dos principais agentes do processo econômico, e a Constituição de 1934 acentuou esse paternalismo provedor do Estado e seu intervencionismo dirigista.

Partindo desse contexto, Vargas conseguiu a cooptação do movimento operário, por meio da adesão e do consenso dos trabalhadores, sem deixar de atender às aspirações da burguesia, uma vez que propiciou condições para o aumento da produção. Dessa forma, conseguiu estabelecer uma política de compromissos, alianças e conciliações entre as camadas dominante, média e popular, que

ancoravam a ideologia da "paz social" e que se tornaram solo fértil para a expansão capitalista no Brasil.

O governo de Getúlio Vargas, segundo Baierl (2005):

- **1930-1934** – Governo provisório: declara moratória, renegocia a dívida externa, Lei de Sindicalização (torna obrigatória a aprovação dos sindicatos trabalhistas e patronais pelo Ministério do Trabalho), restabelece as relações amistosas com a Igreja, estabelece em 1933 a religião católica como religião oficial.
- **1934-1937** – Governo constitucional, eleito pelo Congresso Nacional.
- **1937-1945** – Golpe de Estado em 1937 e instalação do Estado Novo: fechamento do Congresso, extinção dos partidos políticos, outorga-se nova Constituição. Orientação para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico, impulso à industrialização, CLT, Código Penal, Justiça do Trabalho, salário mínimo, FGTS.
- **1951-1954** – Presidente eleito pelo voto direto.

Nesse período, foram criadas as seguintes instituições, ainda segundo Baierl (*idem*):

- **1930** – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
- **1931** – Conselho Nacional do Café; Instituto do Cacau da Bahia.
- **1932** – Ministério da Educação e Saúde Pública.
- **1933** – Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool.
- **1934** – Conselho Federal de Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional; Instituto de Biologia Animal.
- **1937** – Conselho Brasileiro de Geografia; Conselho Técnico de Economia e Finanças.
- **1938** – Conselho Nacional do Petróleo; Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp), Instituto Nacional do Mate, Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).
- **1939** – Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa.
- **1940** – Comissão de Defesa da Economia Nacional; Instituto Nacional do Sal; Fábrica Nacional de Motores.
- **1941** – Companhia Siderúrgica Nacional; Instituto Nacional do Pinho.

- **1942** – Missão Cooke, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).
- **1943** – Coordenação da Mobilização Econômica, Cia. Nacional de Álcalis, Fundação Brasil Central; Usina Siderúrgica de Volta Redonda; Consolidação das Leis do Trabalho; Serviço Social da Indústria (Sesi); Plano de Obras e Equipamentos; I Congresso de Economia.
- **1944** – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Serviço de Expansão do Trigo.
- **1945** – Conferência de Teresópolis, Superintendência da Moeda e Crédito (Sumoc), Decreto-Lei nº 7.666 sobre atos contrários à ordem moral e econômica.

O contexto sociopolítico no início do século XX permeou a institucionalização do serviço social como profissão na sociedade capitalista, institucionalização esta associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social.

As particularidades desse processo no Brasil vinham a evidenciar que a profissionalização e legitimação do serviço social era uma resposta do Estado e do empresariado, com o suporte da Igreja Católica, no enfrentamento da **questão social**, demarcado a partir dos anos 1930 com a intensificação das manifestações sociais (a questão social) no cotidiano da vida social, que adquirem expressão política.

5.2 O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (Ceas): passos para a especialização na prestação da assistência

A Igreja Católica teve um papel fundamental na emergência e gênese do serviço social, como também na estruturação de seu perfil no país. Ela será responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros profissionais brasileiros.

No ano de 1932 foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (Ceas), entidade fundadora e mantenedora da primeira escola de serviço social do país. Segundo historiadores da gênese da profissão de serviço social, esse acontecimento foi a manifestação original da profissão no Brasil, condensando as necessidades do setor da Ação Social e da Ação Católica.

O Ceas surge depois da realização, de 1º de abril a 15 de maio desse ano, do Curso Intensivo de Formação Social para Moças, organizado pelas cônegas de Santo Agostinho.

Sua direção era exercida pela convidada Mlle. Adèle de Loneux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, e tinha uma programação teórico-prática que incluía visitas a instituições beneficentes. O curso encontrou grande aceitação entre jovens católicas, que buscaram criar uma associação de ação social.

Ao findar esse curso, elaborou-se o 1º Relatório do Ceas, o qual expressava a necessidade de se promover uma formação doutrinária e aprofundar o conhecimento dos problemas sociais para melhoria na atuação dos trabalhadores sociais.

Foi esse o início do Ceas, que teve a orientação da professora Loneux. Na ocasião, ela definiu o serviço social como: "O conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número possível de indivíduos à vida social ou para adaptar as condições de vida social às necessidades dos indivíduos" (VIEIRA, 1985, p. 142).

O objetivo central do Ceas era promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

As reuniões iniciais do grupo foram acompanhadas pela Arquidiocese de São Paulo, por intermédio do monsenhor Gastão Liberal Pinto. Em 16 de setembro de 1932 foi eleita a primeira diretoria do centro, tendo Odila Cintra Ferreira⁴ como presidenta.

Como se observa, o Ceas foi gestado em plena revolução paulista. Ele era mantido com mensalidades das sócias e tinha por objetivo difundir a doutrina e a ação social da Igreja. Essa orientação ocorreu em um momento em que a Igreja, como força social, mobilizou o laicato a partir das diretrizes das encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), que assumiam um posicionamento antiliberal e anticomunista.

O centro desenvolveu uma programação de cursos sobre filosofia, moral, legislação do trabalho e encíclicas, mantendo ao mesmo tempo atividades de estudo e de ação.

Lima (1992, p. 41), ao apresentar um trecho do Relatório do Centro de Estudos e Ação Social – 1932-1934, revela o panorama em que essas ações desenvolvem-se, particularmente em São Paulo, por causa de sua configuração como centro industrial em desenvolvimento: "Estávamos quase todas empenhadas em entrar em contato com os meios operários, nesse momento anormal, muito trabalhado por elementos subversivos".

Nessa direção, o Ceas cria, ainda em 1932, quatro Centros Operários, onde era desenvolvido um trabalho de ação social com as mulheres operárias. Mais tarde, esses centros constituiriam-se em sedes da Juventude Operária Católica e serviriam como campos de estágio para as alunas do curso de serviço social. Simultaneamente, o Ceas enviou a Bruxelas, Bélgica, Maria Kiehl e Albertina Ramos para que fizessem o curso de serviço social, com a clara intenção de criar uma escola de serviço social no Brasil (LIMA, 1992, p. 41-42). Merece destaque o trabalho desenvolvido com a juventude feminina, que levou à realização de um curso em 1932 que se debruçou sobre assuntos relativos à doutrina social da Igreja e à Ação Católica. Ministrado por *mademoiselle* Cristine de Hemptine, ele pode ser considerado uma marca histórica para o surgimento do serviço social.

Esses centros, segundo Iamamoto, ofereciam uma tríplice vantagem e seriam ponto de partida para um desenvolvimento mais amplo, pois eram:

⁴Odila Cintra Ferreira era de família tradicional de São Paulo. Depois de presidir o Ceas, ela dirigiu a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess) e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (Abas).

- campos de observação e de prática para a trabalhadora social;
- centros de educação familiar, onde se procura estimular o trato pelas jovens operárias com o lar e o cumprimento de seus deveres;
- núcleos de formação de elites que agiriam na massa operária.

Essas vantagens apresentavam para essa época um perfil para os ativistas: a mulher, por natureza, tinha uma vocação natural para tarefas educativas e caridosas. Para esses, cabia à mulher a preservação da ordem moral e social.

Era peculiar nessa época um perfil para ser assistente social: ser mulher, pois se compreendia que a mulher naturalmente era paciente, cuidadora, sensível, amável e, por missão, já era educadora.

Em 1933, o Ceas amplia suas atividades e luta pela proteção do trabalho da mulher e dos menores na indústria, indicando duas representações ao Ministério do Trabalho e à Secretaria de Agricultura com o objetivo de criar o Serviço de Fiscalização. Segundo Lima (1992), essa foi a primeira nomeação de um assistente social para um cargo público. Vale destacar que nesse mesmo ano o centro prestou colaboração à Liga Eleitoral Católica, fazendo parte da comissão feminina de propaganda.

Na Liga Eleitoral Católica, o Ceas tinha a função de alistar eleitores e proselitismo⁵. Além disso, iniciou-se nesse período a organização da Primeira Semana da Ação Católica, começo da formação de quadros da Juventude Feminina Católica.

Já no ano de 1934, o Ceas assume a responsabilidade de implantar a Ação Católica em São Paulo organizando a Primeira Semana de Ação Católica, cujo objetivo era cumprir

a palavra de ordem do Santo Padre, que está a exigir dos paulistas um trabalho de cooperação eficaz, um estudo sério das questões mais importantes que se relacionam com a Ação Social. O Centro de Estudos e Ação Social quer mostrar às alunas de boa vontade a necessidade de uma ação disciplinada e o calor dos estudos em conjunto (LIMA, 199, p. 42).

O conteúdo da 1ª Semana de Ação Católica abrangeu formação espiritual e social e estratégias de ação que introduziam o conceito de **ver-julgar-agir** (como se apresentam os problemas – causas dos problemas – e como se pode atuar nos problemas) como fundamentação da metodologia de intervenção.

Odila Cintra Ferreira, que já tinha formação social – cursou a Escola Normal Social de Paris –, mescla a visão francesa e a belga e, em 15 de fevereiro de 1936, inaugura em São Paulo a primeira Escola de Serviço Social no país.

⁵Referente a prosélito, que quer dizer partidário.

No Rio de Janeiro, também em 1936, é realizada a 1ª Semana de Ação Social, com a participação do padre Valère Fallon, sociólogo e economista belga, tendo como comissão de honra deputados, vereadores, desembargadores e outras personalidades.

O Relatório da 1ª Semana de Ação Social do Rio de Janeiro apresenta a seguinte opinião do Pe. Valère Fallon:

Só pode ser soldado aquele que batalhou. Ninguém saberá nadar se não se jogar na água. [...] Encurtemos os projetos enormes e tornemos mais próximas as previsões mais futuras [...]. Em matéria social, como em operações militares, temos que contar com o imprevisível e o adversário (*idem*, p. 43).

Lima (*idem*) ainda destaca que a elevação material, intelectual e religiosa das classes operárias era o principal problema a ser atacado. A autora, analisando a programação da 1ª Semana realizada no Rio de Janeiro, ressalta a importância da palestra de Stela de Faro, presidenta da Associação de Senhoras Brasileiras, sobre "Recrutamento e formação de quadros", que explicita conceitos básicos da ação social e define o serviço social citando o conceito da Escola Normal da França: "O serviço social é uma forma de ação social ou restauração da ordem social, exercido por um especialista por meio de um trabalho prático, técnico, para realizações imediatas em domínios bem circunscritos" (*idem*).

Stela de Faro em sua palestra sinalizou algumas recomendações:

- criação de uma escola católica de serviço social;
- organização de semanas de ação social;
- criação de escolas de ciências políticas e sociais para a formação de dirigentes;
- formação de círculos de estudos sociais e de grupos de ação social.

O Ceas, com o regresso de Maria Kiehl e Albertina Ramos da Bélgica, iniciou o processo de preparação de quadros da Juventude Feminina Católica. Foram constituídos dois grupos, o da Ação Católica e o da Ação Social, e a partir deles algumas jovens foram para o curso de serviço social, em busca de conhecimento e técnicas que tornassem a ação mais eficaz.

Contudo, essas iniciativas foram a base da organização humana para a expansão da ação social e o surgimento das primeiras escolas de serviço social, que se instalaram em 1936 em São Paulo, por conta da necessidade de uma formação técnica e especializada.

Em 1936 foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira do gênero no Brasil, que, como era de se esperar, liga-se à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (BAIERL, 2005).

5.3 A Escola de Serviço Social de São Paulo

Como evidenciado anteriormente, a Igreja Católica e suas instituições influenciaram na institucionalização do serviço social brasileiro.

O processo de profissionalização e legitimação do serviço social encontrava-se articulado ao crescimento das instituições socioassistenciais estatais, que surgiram a partir da década de 1940. Desse modo, a Ação Católica iniciou e orientou a formação de assistentes sociais por meio de uma ação planejada e refletida para o enfrentamento da questão social, que cada vez mais evidenciava-se na conjuntura política, econômica e social de São Paulo no início dos anos 1930.

A cidade de São Paulo, como polo irradiador e maior centro industrial do país, exigia melhores condições de trabalho. Já se contava com uma legislação específica voltada ao trabalho face às novas exigências técnicas decorrentes da implantação das indústrias, contudo demandas sociais emergiam em várias frentes. A família constituía-se foco de atenção da política social, tendo em vista a necessidade de prepará-la para enfrentar a absorção da mão de obra feminina no trabalho fora do lar, sem que esta perdesse sua função básica, que era a de educar os filhos e reproduzir a força de trabalho.

A Escola de Serviço Social de São Paulo, criada em 1936, teve sua origem, como já exposto, no Curso Intensivo de Formação Social de Jovens realizado pelo Ceas, absorvendo boa parte das atividades desenvolvidas por esse centro. Por meio da formação social, moral, ética (formação doutrinária) e técnica para atuação nos vários campos de ação social, estabeleceu como objetivo dar às alunas

uma sólida formação ética e nelas desenvolver as qualidades naturais que requer a carreira social, tais como o amor ao próximo, o ideal de fazer o bem, a capacidade de dedicação, o desinteresse pessoal, o critério e o senso prático na ação (YAZBEK, 1977, p. 38).

Sua proposta de formação concentrava-se, como não poderia deixar de ser, nas premissas orientadoras do serviço social europeu, em especial, do instituído na França e na Bélgica (*idem*).

Parafraseando ainda Yazbek (*idem*, p. 39-40), está explícito ter sido o ideário franco-belga o primeiro estágio do desenvolvimento do serviço social em São Paulo, evidenciado na ação social e na preocupação com a situação das classes trabalhadoras. Essa preocupação com a questão operária, bastante difundida na Europa já chegara ao Brasil, tanto que na política os problemas da legislação trabalhista e do sindicalismo começaram a ser objeto de atenções.

Entre os objetivos estabelecidos pela Escola, julga-se conveniente destacar aquele que propõe que a Escola

[...] proporcionará às moças uma sólida formação tanto moral como técnica procurando preencher dois fins: preparar algumas para exercer a carreira profissional de assistentes sociais e outras para desempenharem na sociedade

o seu verdadeiro papel, com uma sólida formação moral e social (RELATÓRIO ANUAL DO CEAS, 1936, *apud* YAZBEK, 1977, p. 40).

As condições para o ingresso na Escola eram, segundo Silva (2004):

- ter entre 18 anos completos e menos de 40;
- apresentar referências de três pessoas idôneas;
- comprovar ter realizado estudos secundários;
- apresentar atestado de saúde;
- submeter-se à prova eliminatória de admissão.⁶

O conteúdo do curso destacava a formação intelectual, moral, profissional e doutrinária:

1. **Formação intelectual:** estudo de matérias informativas (sobre os vários setores da vida humana, como o homem em sua vida física, psicológica, moral, social e econômica) e trabalho de desenvolvimento do raciocínio lógico e objetivo.
2. **Formação moral:** estudo de princípios morais e aprofundamento de conceitos sobre a moral.
3. **Formação profissional:** ponto de convergência das outras profissões, que compreende uma parte informativa (conceitos do serviço social, seus fundamentos, modalidades e métodos) e uma parte formativa (trabalho pessoal dos alunos realizado principalmente em visitas e estágios em obras sociais). Prática de casos individuais, considerada instrumento básico de trabalho para qualquer ramo do serviço social.
4. **Formação doutrinária:** base e elemento vivificador dos outros aspectos de formação, enquanto possibilita ao assistente social uma visão de homem, de mundo e das relações do homem com o mundo sob a perspectiva do cristianismo.

Ainda quanto à formação, citando mais uma vez Yazbek (1977), a formação científica, técnica, moral e ética, a preocupação era a de que a profissional desenvolvesse uma formação técnica (prática e teórica), uma formação doutrinária, que dará ao futuro assistente social uma concepção de vida, de Homem e de mundo fundamentada em princípios cristãos.

A formação científica embasava-se na filosofia, em noções de Homem e de Mundo, de vida física, psicológica, econômica, moral e jurídica; em questões referentes ao que é o estado normal e o estado

⁶Essa prova era exigida após a frequência do curso preparatório, de rápida formação social e dirigido àqueles que buscavam orientação sobre os problemas sociais da época. (YAZBEK, 1977, p. 42). Participaram do exame da primeira turma 65 jovens, 40 foram admitidas e 25 aprovadas.

que envolve perturbações às quais estão sujeitos os seres humanos na vida em sociedade. Portanto, todo um referencial embasado nas ciências sociais era utilizado para explicar o comportamento humano e seus desvios na vida em sociedade e/ou grupos.

O aspecto técnico visava preparar o assistente social para combater os males sociais, para ensinar o indivíduo a se ajudar e a se integrar.

A formação moral, trabalho de preparação do assistente social – que seria, por assim dizer, investido de uma formação moral cristã sólida, isto é, seria uma pessoa exemplar –, propiciaria a intervenção profissional com caráter educativo e disciplinador, que era o objetivo da profissão.

Os valores e critérios morais e éticos cristãos internalizados pela profissão refletiam na prática realizada, quer dizer: os problemas sociais eram diagnosticados e tratados pela profissão a partir de um julgamento moral do proletariado. A formação doutrinária era a base para todos os outros aspectos da formação do assistente social, que deveria acontecer dentro da Doutrina Cristã.

Segundo Yazbek (1977, p. 40), na visão do serviço social, nesse momento de sua evolução, destacam-se algumas categorias fundamentais para o trabalho do assistente social:

- trabalho de adaptação do indivíduo ao meio e do meio ao indivíduo;
- trabalho de restauração e normalização da vida social, por meio do atendimento dos problemas em seus efeitos;
- abordagem individualizada (casos individuais).

Enquanto escola católica, a orientação da Escola de Serviço Social de São Paulo baseava-se na doutrina social da Igreja, razão pela qual sua preocupação central era formar profissionais com uma mentalidade cristã, de concepção de homem e de mundo atuando em direção da justiça social, da solidariedade social e da caridade cristã (LIMA, 1992, p. 50).

Dentro dessa perspectiva, o assistente social deveria ter conhecimento significativo dos fenômenos sociais para poder qualificar sua atuação junto à família, à escola e a outros grupos sociais.

Havia, na época, uma preocupação em enfatizar o serviço social como **vocação**, e dessa maneira a discussão sobre vocação permeava os ideários da formação. Sobre isso, Yazbek (1977, p. 41) aponta que

[...] a remuneração aparece como aspecto secundário do trabalho e justifica-se apenas pelo fato de que sem ela a carreira ficaria impossibilitada a todos que devem viver de seu trabalho. Mas a carreira de assistente social é basicamente apresentada como feita de dedicação e desinteresse. Dedicação e desinteresse que devem aliar-se ao estudo e domínio de técnicas sendo esta a razão pela qual as escolas que se destinam a formar assistentes sociais elaboram seus programas na perspectiva desta dupla formação.

Ainda sobre a vocação, uma aluna da primeira turma formada, Helena Iracy Junqueira, posteriormente professora da Escola de São Paulo, pronuncia-se do seguinte modo:

Aqueles que pretendem dedicar-se ao serviço social devem ser realmente solicitados pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder às qualidades pessoais de inteligência e vontade indispensáveis à realidade do serviço social (JUNQUEIRA, 1943, p. 40 *apud* YAZBEK, 1977, p. 42).

Verifica-se que, paralelamente à formação, havia a ideologia da profissão como missão, abnegação, servindo com uma conotação de renúncia, de sacrifício, com base nos princípios cristãos exarados pela fé católica. Nesse sentido, a concepção de trabalho social caracteriza o serviço social "como atividade profundamente humana que depende do valor de seus agentes (YAZBEK, 1977, p. 42).

Essa concepção impregnou-se no ideário popular e igualmente em algumas outras categorias profissionais, sendo que ainda hoje constitui-se luta do coletivo profissional o rompimento desse olhar sobre a profissão.

Nessa fase do serviço social, que pode ser denominada de embrionária, a Igreja, o Estado e o empresariado, articulados ideológica e politicamente, foram constituindo os campos de intervenção para o assistente social; do aconselhamento e do consolo, partiu-se para a correção das disfunções sociais, a fim de que a sociedade se organizasse e funcionasse de acordo com os parâmetros propostos pela classe dominante.

A questão social no país, decorrente da economia dependente do capital externo (inicialmente do europeu e posteriormente do americano), fez com que o governo adotasse medidas de cunho social em resposta à contradição estabelecida na relação capital x trabalho.

Em 1938, dois anos depois de sua criação, essa escola formou sua primeira turma, diplomada em virtude da "necessidade de se apressar a diplomação de pessoal técnico" (LIMA, 1982, p. 51).

No ano seguinte (1939), a partir de iniciativa do Ceas e em parceria com o Departamento de Serviço Social do Estado foram criados três centros familiares em bairros operários de São Paulo, com o objetivo de "[...] preparar famílias operárias, prevenir contra sua desorganização, procurando elevar seu nível de vida, econômico e cultural por meio de serviços de assistência e educação" (*ibidem*).

A criação desses centros provocou uma alteração no conteúdo do curso de serviço social, incorporando uma disciplina de formação familiar em virtude da necessidade de adequação para enfrentar problemas específicos do Estado.

O surgimento de outras necessidades levou a escola a contar, com o intuito de melhor adaptar e aperfeiçoar seu ensino, com duas colaborações: da Escola de Enfermagem da Escola Paulista de Medicina para a parte médico-social e do Instituto Social do Rio de Janeiro para a formação técnica do trabalho familiar e também para a parte médico-social (LIMA, 1982, p. 52).

Em 1940 foi criado o Instituto de Serviço Social, desmembramento da Escola de Serviço Social, surgiu com a finalidade de formar profissionais do sexo masculino. Sua origem vincula-se à Juventude Universitária Católica, organização da Igreja Católica, e constitui-se na primeira escola masculina de serviço social da América Latina.

O acesso ao curso do instituto realizava-se nos moldes da Escola de Serviço Social, ou seja, o candidato precisava passar por um curso preparatório e submeter-se a um exame de admissão.

O incremento na formação de assistentes sociais desencadeou um estudo sobre o reconhecimento do serviço social como profissão, realizado pela Escola de Serviço Social e pelo Instituto de Serviço Social. Esse estudo foi apresentado no I Congresso de Serviço Social, realizado em São Paulo, em 1947.

As mudanças vivenciadas por essa escola são evidentes. A primeira ocorre a partir do convênio firmado entre o Ceas e o Departamento de Serviço Social do Estado, em 1939, a fim de organizar os Centros Familiares. Outras mais se darão a fim de atender à demanda das prefeituras do interior do Estado.

5.4 A Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro

A formação técnica especializada para a prática em serviço social surge no Rio de Janeiro permeado de particularidades.

O Rio de Janeiro era apresentado nesse período como o mais antigo polo industrial da região Sudeste, além de ser a maior cidade do país, a capital federal e onde se concentravam a administração federal e os principais aparatos da Igreja Católica.

A Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro surge, portanto, no ano de 1937, criada sob outras influências, mas igualmente a Igreja e sua Doutrina. Essa escola, que dava ênfase à necessidade de formação social, foi criada sob a orientação ideológica do cardeal Leme, de Stela de Faro e de Alceu Amoroso Lima.

Essa escola

[...] desenvolveu-se segundo diversas variantes, provavelmente porque na capital do país estavam centralizadas muitas repartições públicas sob cuja demanda se profissionalizou o serviço social. No Rio de Janeiro, a fundação das escolas foi patrocinada pelo Grupo de Ação Social, pela Escola de Enfermagem Ana Nery e pelo Juizado de Menores; entretanto, mesmo que as duas últimas instituições não estivessem sob a tutela da Igreja, as suas bases doutrinárias continuavam sendo a moral e os princípios religiosos católicos (MANRIQUE, 2000, p. 108).

Conforme Lima (*apud* AGUIAR 1995, p. 30):

Em junho de 1937, funda-se no Rio de Janeiro o Instituto de Educação Familiar e Social, com os seguintes objetivos: formar entre as mulheres, não de uma classe, mas de todas as classes sociais, uma consciência de comunidade cristã que vá substituir o individualismo liberal egoísta sem cair na socialização inumana e estatal. Para isso formará assistentes sociais, educadores familiares e donas de casa que venham a ser, no meio em que vivem e trabalham, nos institutos em que ensinam ou nos ambientes sociais em que atuam, como elementos de correção das anomalias sociais, verdadeiros elementos de renovação pessoal e católica.

Como nos apresenta Lima (1992, p. 55), o instituto constituía-se de duas escolas distintas: a Escola de Serviço Social e a Escola de Educação Familiar, cujos objetivos eram formar assistentes sociais e educadores sociais, respectivamente.

Nos estudos de Lima (1992) consta que no período de 1937-1945 foram institucionalizados seis cursos de serviço social na região da então Guanabara e Rio de Janeiro, a saber:

- Instituto de Educação Familiar e Social (1937), hoje Departamento de Serviço Social da PUC-RJ.
- Curso de serviço social da Escola Ana Nery (1937), hoje Escola de Serviço Social da UFRJ.
- Escola Técnica de Serviço Social do S.O.S. (1938), hoje Departamento de Serviço Social das Faculdades Integradas Veiga de Almeida.
- Escola de Serviço Social das Faculdades Católicas (1943) – escola masculina – integrada definitivamente ao Departamento de Serviço Social da PUC-RJ na década de 1960.
- Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (1944), hoje Faculdade de Serviço Social da UERJ.
- Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro (1945), hoje Escola de Serviço Social da UFF – Niterói (LIMA, 1992, p. 16-17).

A criação das escolas fluminenses e cariocas não surgiu de um único projeto de profissionalização, do movimento católico laico ou de elementos das classes dominantes a ele ligados (LIMA, 1992, p. 22). Houve uma conjunção de iniciativas particulares e públicas para a criação de vários cursos de serviço social. Desse modo, criaram-se duas escolas técnicas (uma pública e outra particular), sendo a pública, ligada à Secretaria Geral de Saúde da Prefeitura do antigo Distrito Federal; duas de nível superior, privadas e católicas (uma masculina, outra feminina); e outras duas criadas por decretos, uma por decreto federal e outra por decreto estadual.

Nesse período, também ocorreu forte presença do movimento higienista, que resultou na criação de duas escolas vinculadas à enfermagem: o Curso de Serviço Social da Escola Ana Nery, atualmente Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a Escola Técnica de Serviço Social do S.O.S. que, nos dias atuais, é o Departamento de Serviço Social das Faculdades Integradas Veiga de Almeida.

6 O SERVIÇO SOCIAL E AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS: BREVE HISTÓRICO

O cenário sociopolítico dos anos 1930 intensifica-se a partir de 1945 com o crescimento do proletariado urbano, que se configura como expressão política importante e que demanda controle. Nesse período, observa-se uma mudança na composição da mão de obra urbana, em decorrência do crescente fluxo migratório para os centros industrializados do país. Se até os anos 1920 ocorre intensa imigração para sustentação e expansão da economia cafeeira, na década seguinte esse fluxo traça outra rota, em direção aos centros onde se desenvolve a atividade industrial. Isso traz novos elementos que podem colocar em risco a hegemonia da estrutura corporativa.

Estabelece-se a legislação social como estratégia para legitimar a hegemonia urbano-industrial, a fim de manter as condições objetivas para a dinamização da economia e atender aos interesses do capital.

O reconhecimento da condição de cidadão ocorreu somente com aqueles cujas profissões estavam regulamentadas por lei e, portanto, participavam do processo de acumulação, configurando-se assim no país a cultura de cidadania impressa. O acesso a direitos sociais vinculava-se, desde sua origem, à posição que o trabalhador ocupava no processo de produção, em profissão devidamente regulada por lei. Esse acesso foi ampliado, porém se manteve essa matriz – reconhecimento legal e manutenção do processo de acumulação –, reiterando a ideia de cidadania vinculada ao trabalho.

Importante fixar que a perspectiva de cidadania e de direitos sociais no Brasil, ao dar centralidade à manutenção das condições de acumulação do capital, restringiu o usufruto de direitos para o conjunto da classe trabalhadora, repercutindo na direção assumida pelas políticas sociais. O caráter da intervenção do Estado, na objetivação da proteção social, subordinou-se, assim, mais aos interesses do capital do que aos interesses do trabalho, o que não impediu, contudo, que segmentos organizados da classe trabalhadora obtivessem importantes conquistas em suas lutas.⁷

No caso brasileiro, a própria conformação das classes sociais e todos os conflitos básicos foram permanentemente mediados pelo Estado cooptado pelos interesses da burguesia, associando-se a ela para a reprodução das condições de acumulação e apropriação privada do capital. Do ponto de vista

⁷O "modelo fordista-keynesiano" possibilitou que o Estado, nos países centrais do capitalismo – embora com o objetivo precípua de manutenção das condições de acumulação do capital –, tornasse-se o regulador das relações econômicas e sociais, viabilizando a configuração de uma esfera pública, de negociação e de disputa das forças sociais, de mediação de conflitos, fortalecendo a democracia. No Brasil, dadas as características sócio-históricas de conformação do Estado em defesa de interesses privados, aliadas à sucessão de governos autoritários e repressores, pouco se interveio para a consolidação de instituições democráticas e para a configuração da cidadania e dos direitos sociais como bens públicos.

ideológico-cultural, o Estado foi figura de proa na organização da hegemonia das classes burguesas, o que contribuiu para a manutenção do consentimento das classes dominadas a respeito de sua própria dominação (RAICHELIS, 2005, p. 71).

Como relatam Iamamoto e Carvalho (2003, p. 247), o Estado inicia o desenvolvimento de instituições assistenciais e previdenciárias já na década 1920. No entanto, é no Estado Novo que essa ação é incrementada em virtude da necessidade de **enquadramento** (grifo dos autores) da população urbana ao processo acelerado de industrialização.

Face ao exposto, é importante salientar que a conjuntura específica do Estado Novo, o acelerado processo de industrialização – associado ao crescimento da população urbano-industrial e a sua pauperização – e a ação estatal na defesa da acumulação do capital são questões substantivas para a compreensão do cenário em que as políticas sociais e as grandes instituições assistenciais são criadas. É nesse cenário, portanto, que cresce o mercado de trabalho para “o campo das profissões de cunho social, permitindo um desenvolvimento rápido do ensino especializado do serviço social” (*idem*, p. 255), o que implicaria o processo de legitimação e institucionalização da profissão.

O serviço social foi implantado no Brasil em 1936 no seio da Igreja Católica em São Paulo, por meio do Centro de Estudos e Ação Social.

É na Constituição de 1934 que o Estado assume as primeiras iniciativas de proteção social, determinando a destinação de 1% das rendas tributáveis⁸ para garantir o amparo aos desvalidos, à maternidade e à infância. Mas foi em 1938, sob a vigência do Estado Novo, que o serviço social foi instituído por decreto-lei (Decreto-Lei nº 525 de 01/07/1938) como modalidade do serviço público, devidamente organizado nos níveis federal, estadual e municipal, com as seguintes funções:

Utilização das obras mantidas, quer pelos poderes públicos, quer pelas entidades privadas, para diminuir ou suprir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza e pela miséria oriundas de qualquer outra forma de desajustamento social e para reconduzir o indivíduo, assim como a família, na medida do possível, a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam (IAMAMOTO; CAVALHO, 2003, p. 256)⁹.

Por meio desse mesmo decreto é criado o Conselho Nacional de Serviço Social, que, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, caracteriza-se como órgão consultivo do poder público e das entidades privadas. São responsabilidades desse órgão:

⁸Até a Constituição de 1988, o governo federal centralizava recursos advindos de outras esferas de governo.

⁹Fica claro o caráter disciplinador e higienista do serviço social, devendo voltar-se para situações de **desajuste social**, ressaltando que a compreensão dos problemas sociais passava pela sua individualização, sem qualquer conexão com as condições socialmente determinadas para a reprodução social.

- Inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajustes sociais.
- A organização do plano nacional de serviço social, englobando os setores público e privado.
- Sugerir quais políticas sociais devem ser desenvolvidas pelo governo.
- Opinar quanto à concessão de subvenções governamentais às entidades privadas.

O conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto às organizações auxiliares. Transita nessa decisão o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao conselho certa autonomia.

Dessa forma, é nesse momento que se selam as relações entre o Estado e os segmentos da elite, que vão avaliar o mérito do Estado em conceder auxílios e subvenções (auxílio financeiro) a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social. O conceito de amparo social, nesse momento, é tido como uma concepção de assistência social, porém identificado com benemerência.

Portanto, o CNSS foi a primeira forma de presença da assistência social na burocracia do Estado brasileiro, ainda que na função subsidiária de subvenção às organizações que prestavam amparo social.

A partir dos anos 1940/1950, a **questão social**, expressão das desigualdades decorrentes do aprofundamento do capitalismo no Brasil, passa por grandes transformações, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial. A aceleração industrial, as migrações campo-cidade e o intenso processo de urbanização, aliados ao crescimento das classes sociais urbanas, especialmente do operariado, vão exigir novas respostas do Estado e do empresariado para atender as necessidades de reprodução da vida social nas cidades.

A **questão social** sofre a intervenção do Estado por meio das políticas sociais públicas, ao mesmo tempo em que o empresariado, imbuído de um novo espírito social, substitui a mera repressão e assistência eventual por mecanismos que visam à colaboração entre capital e trabalho.

É nesse contexto, em plena ditadura de Vargas, que é criada, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência – LBA, primeira instituição assistencial de porte nacional. Assim também surgem as instituições patronais que irão resultar no que hoje conhecemos como “Sistema S” – Sesi, Senai, Sesc. Cunha-se, nesse contexto, a figura emblemática do chamado “primeiro damismo” (que resiste até os dias atuais), que tem sua origem vinculada à presidência de honra da LBA, assumida pela primeira-dama, Darcy Vargas.

As práticas dos assistentes sociais eram absorvidas em grande intensidade pelas características das instituições, tais como: o CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social (1938), a LBA – Legião Brasileira de Assistência (1942), o Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942), o Sesi – Serviço Social da Indústria (1946) e a Fundação Leão XIII (1946), que tinham entre seus objetivos comuns proporcionar

benefícios assistenciais indiretos aos trabalhadores urbanos e àqueles totalmente esgotados pelo sistema.

Podem-se destacar as principais características dessas instituições, segundo Iamamoto (2008): "o CNSS era um órgão com funções consultivas do governo e de entidades privadas, e de estudar os problemas do serviço social". Não chegou a ser um organismo atuante, já que houve grande manipulação de verbas e subvenções, agindo de forma clientelista. Sua importância está no fato de ser a primeira instituição do Estado que revela a preocupação do mesmo em centralizar e organizar as obras assistenciais públicas e privadas. Na prática, as funções do CNSS serão exercidas pela LBA.

A diversidade de serviços sociais e educacionais prestados por essas instituições, relacionada às demandas de qualificação da força de trabalho e de sua reprodução física e espiritual, leva à incorporação institucional de contingentes de assistentes sociais, que passam a desenvolver ações educativas e normativas de ajustamento psicossocial dos trabalhadores, com o intuito de atender as novas necessidades relacionadas à integração de massas populacionais ao mercado de trabalho e à vida urbana.

A criação de instituições assistenciais por todo o território nacional amplia significativamente o mercado de trabalho do assistente social, profissional agora investido de um mandato oficial, a partir de seu reconhecimento e legitimação pelo Estado e pelo empresariado. Embora regulamentada como profissão liberal em 1949, a atividade do assistente social fica majoritariamente vinculada a instituições públicas e privadas, motivo pelo qual o profissional dessa área se torna responsável pela implementação das políticas sociais, o que definirá seu perfil assalariado.

A crescente centralização das políticas sociais pelo Estado gera o aumento da demanda pela execução de programas sociais no interior das instituições, induzindo ao aumento das escolas e do meio profissional. Conseqüentemente, ocorre a expansão do serviço social e a elevação do *status* profissional. A realização do I Congresso Brasileiro de Serviço Social em 1947 é o início de uma tendência de valorização crescente dos encontros nacionais, cada vez mais massivos e reveladores dos debates e das polêmicas profissionais.

A forte influência norte-americana na América Latina a partir do segundo pós-guerra também deixará sua marca na profissão, por meio da incorporação das teorias estruturais-funcionalistas e das metodologias de intervenção, especialmente do serviço social de caso e do serviço social de grupo.

6.1 Legião Brasileira de Assistência (LBA)

O CNSS encontra na Legião Brasileira de Assistência, criada em 1942, a estratégia para exercer a assistência social em nível nacional. Criada no período em que o Brasil engajou-se na Segunda Guerra Mundial, a LBA tem sua gênese marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo. Com o objetivo de "prover para as necessidades das famílias cujos chefes tenham sido mobilizados e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 257), propunha-se a atuar como uma legião no sentido literal, ou seja, como um corpo em ação em uma luta de campo (NOZABIELLI, 2006).

Segundo Sposati (2004, p. 19):

A relação da assistência social com o sentimento patriótico foi exponenciada quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira –, combatentes da Segunda Guerra Mundial, com cigarros e chocolates, e instala a Legião Brasileira de Assistência – LBA.

A primeira instituição de assistência social segundo alguns autores foi a Legião Brasileira de Assistência, criada no ano de 1942 como órgão responsável por colaborar junto ao Estado.

A presidência da LBA é efetivada pelas primeiras-damas da República, a primeira a executar a presidência foi a dona Darcy Vargas.

A LBA tem origem na mobilização do trabalho civil, feminino e de elite, e da opinião pública, em apoio ao esforço nacional representado pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, por meio da prestação de serviços assistenciais às famílias dos convocados, além disso, atuava em praticamente todas as áreas da assistência social.

Sua criação ocorreu no governo de Getúlio Vargas, porém, ao mesmo tempo em que criou a LBA, ele também inaugurou uma instituição de bem-estar social; ao instituir a esposa na presidência dessa nova instituição, buscou também a legitimidade de seu governo junto às camadas populares. A primeira-dama teria a incumbência de envolver Estado, empresariado e voluntariado no financiamento e na execução da política de assistência social.

Com o fim da guerra em 1946, a LBA reformulou seus estatutos, definindo como principal finalidade a defesa da maternidade e da infância. Desse modo, a LBA deveria subordinar suas ações à orientação técnica do Departamento Nacional da Criança.

Além do trabalho realizado com os pracinhas e suas famílias, a LBA tinha como objetivos básicos (art. 2º do Estatuto):

- executar seu programa, pela fórmula do trabalho, em colaboração com o poder público e a iniciativa privada;
- congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de promover, por todas as formas, serviços de assistência social;
- prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo;
- trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil.

Tais objetivos situam a assistência social como ato de vontade, e não de direito de cidadania (SPOSATI, 2004, p. 20).

A presidência da LBA é assegurada às primeiras-damas da República, institucionalizando-se o "primeiro-damismo" como um serviço ligado à assistência social, estendendo sua ação também às famílias dos trabalhadores excluídos do sistema previdenciário. Dessa assistência, fazia parte o atendimento a ocorrências de calamidades, com ações pontuais, urgentes e fragmentadas, marco que predomina na trajetória da assistência social.

Após as campanhas de impacto realizadas com os "convocados" de guerra, a Legião Brasileira de Assistência será a instituição a se firmar na área social, e sua ação assistencial será implementada para dar apoio político ao governo (MESTRINER, 2008, p. 145).

Sinaliza-se ainda que a LBA, de modo progressivo, começa a atuar em todas as áreas de assistência social, da maternidade à velhice, aos doentes, aos desvalidos, consolidando-se como um incremento do aparelho assistencial privado e do desenvolvimento do serviço social.

Segundo Nozabielli (2006), para desenvolver essas novas funções, a LBA buscou o auxílio das escolas de serviço social. Dessa forma, há uma aproximação de interesse mútuo entre a LBA e o serviço social, pois enquanto a LBA precisava de serviço técnico, de pesquisas e trabalhos técnicos que possibilitassem alcançar seu objetivo em favor do progresso do serviço social, este se instituiu demandando espaços para a legitimação da profissão.

A LBA terá grande importância para a implantação e institucionalização do serviço social, contribuindo para a organização, expansão e interiorização da rede de obras sociais, incorporando e consolidando os princípios do serviço social, expandindo-o quanto ao ensino – especialização – e ao número de trabalhadores sociais.

6.2 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)

Ainda nos marcos históricos para o desenvolvimento da profissão, foi criado em 1942 o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com a finalidade de organizar e administrar nacionalmente as escolas de aprendizagem para industriários. Essa instituição surgiu a partir do Decreto-Lei nº 4048, de 22 de fevereiro de 1942.

Cabe sinalizar que o Senai foi um grande empreendimento de qualificação de força de trabalho, para qualificar a mão de obra da indústria, em especial a juvenil. É inquestionável a sua relevância tanto na incorporação e teorização do serviço social quanto na objetivação de processos de trabalho técnico, que através de técnicas de intervenção de caso e de grupo fazem frente às demandas de manutenção das condições para o modelo de desenvolvimento econômico do país. O que podemos observar é um mecanismo de distribuição de tarefas, em que o Estado assume a educação elementar da população e do empresariado, e o Senai viabiliza a qualificação de mão de obra, absorvendo para isso diversos profissionais, entre eles o assistente social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 263-265).

Dois aspectos merecem destaque em relação ao objetivo do Senai de adequar a força de trabalho:

- o suprimento de pessoal qualificado para atender o mercado;
- a produção de uma força de trabalho ajustada às necessidades do capitalismo.

Surge, portanto, o Senai como principal instrumento de atuação coletiva do empresariado, subordinado à racionalidade econômica e empresarial.

Mesmo sinalizando um avanço na qualificação da força de trabalho, cabe ponderar que pelo sistema econômico evidenciado fica claro ser este também um instrumento no processo de aprofundamento do capitalismo.

Nesse sentido, poderá ser interessante, tomando como exemplo o Senai – primeira grande instituição social, gerida diretamente pela burguesia industrial como classe –, procurar ver como o serviço social deve adequar-se à demanda social que lhe é apresentada e tentar cumprir o mandato que lhe é confiado. Nessa situação sobressaem-se dois elementos, a ação ideológica de ajustamento e a coordenação da utilização dos serviços assistenciais corporificados (*idem*, p. 265).

6.3 O Serviço Social da Indústria (Sesi)

O Serviço Social da Indústria (Sesi) é oficializado no ano de 1946, pelo mesmo mecanismo legal do Senai – através de decreto-lei. O Decreto-Lei que instituiu este foi o de nº 9.403, de 25 de junho de 1946 (SILVA, 2004).

Sua finalidade institucional era estudar, planejar e executar medidas que contribuíssem para o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida (habitação, higiene, nutrição) dos operários e dessa forma desenvolver o esforço de solidariedade entre empregados e empregadores.

Dessa forma, o Estado institucionaliza a iniciativa da burguesia industrial – de sua força dominante – para que essa classe organize e gerencie mecanismos assistenciais unificadores das iniciativas já existentes em inúmeras empresas, em um grande complexo assistencial, extrapolando sua ação das unidades de produção para o cotidiano do proletariado.

O Estado utilizava a partir deste aparato a institucionalização da iniciativa da burguesia industrial para que esta gerenciasse os mecanismos assistenciais.

O Sesi tinha como base a experiência do Senai, como uma estratégia de organização do empresariado na oferta de resposta quanto à **questão social**, que se aprofunda no pós-guerra, porém, apesar de sua adesão, ele procurava fugir do ônus daí decorrente, reclamando o financiamento integral por parte do Estado e aceitando apenas em última instância a participação que lhe é imposta.

O surgimento do Sesi também estava relacionado com a evolução política e econômica da época, formalizada por meio de congressos que fomentavam a elevação da renda nacional.

Um marco importante, porém mais ligado à mudança do pensamento social da Igreja foi o II Congresso Brasileiro de Direito Social ocorrido no ano de 1946. A partir daí, o direito social tem o papel de articular os diferentes grupos sociais de forma que estes se submetam ao bem comum.

O serviço social é apresentado nesse contexto como o elemento essencial para a harmonização entre capital e trabalho.

Para o funcionamento do Sesi, segundo Iamamoto e Carvalho (2003, p. 275), o empresariado era obrigado a contribuir mensalmente com o equivalente a 2% da folha de pagamento, que, sob a intervenção do Estado, instituiu-o como uma contribuição compulsória, realizando ele mesmo o recolhimento e a fiscalização do encargo. O Sesi é a primeira instituição com recursos e sob a direção do empresariado, que tem por objetivo a prestação de serviços assistenciais e o desenvolvimento de relações industriais abrangendo uma parcela da população urbana (*idem*).

Em sua estrutura organizacional, era evidente a presença de uma Divisão de Serviço Social, que tinha como uma de suas funções promover ou facilitar a adaptação das atividades ao operário, que viabilizaram a ação dos assistentes sociais e o desenvolvimento de técnicas sociais de forma dispersa para mecanismos de controle social e político de uso extensivo. O serviço social apresenta-se nesse contexto, além de desenvolver as atividades de coordenação dos serviços assistenciais, como "porta-voz" na vinculação das relações expressas entre o capital e o trabalho.

O que caracteriza as práticas sociais desenvolvidas no Sesi, segundo Iamamoto e Carvalho (2003, p. 279) é a radicalização de sua utilização como instrumento de contraposição à organização autônoma da classe operária e de luta política anticomunista.

A incorporação e a institucionalização do serviço social pela burguesia industrial apontam para um dos extremos que o compõem: seu funcionamento declarado e explícito como instrumento político-repressivo.

6.4 A Fundação Leão XIII

Outra instituição assistencial importante é a Fundação Leão XIII, criada também em 1946, oficializada por decreto-lei da presidência da República, ela tem o objetivo explícito de atuação ampla sobre os habitantes das grandes favelas do Rio de Janeiro, principalmente no grande centro urbano, onde o partido comunista torna-se força política nas eleições de 1946.

A Fundação Leão XIII conta com forte apoio institucional do Estado e da Igreja Católica; esta procurava coordenar os serviços assistenciais a serem prestados à população.

Para alcançar esse fim, a Fundação buscou o apoio das forças armadas, de paróquias e obras paroquiais, clubes esportivos, serviço de alimentação da previdência, tendo seu forte nas ações desenvolvidas nos Centros de Ação Social (CAS) criados nas principais favelas.

O serviço social tem por responsabilidade todas as atividades fora do campo médico, desenvolvendo suas atividades por meio do serviço social de casos individuais, auxílios, recreação e jogos e educação popular.

Além dessas modalidades, o serviço social de grupo deveria ainda ser aplicado nos Centros de Ação Social (CAS) e das Associações de Moradores.

Um dos principais instrumentos do serviço social na sua ação, que nesse período enxergava as mazelas sociais como uma doença endêmica existente no quadro da miséria material e moral, era a educação popular, por meio da qual assumia a tarefa de melhorar a autoestima das populações faveladas. Esse projeto visa ao controle de massas semiescolarizadas, com vista à legitimação do poder no processo eleitoral. Ressalte-se também que a vinculação do poder, ou seja, a vinculação desse projeto a lazeres educativos visa ao disciplinamento do tempo livre do proletariado.

O aprofundamento do capitalismo gera a formação de uma grande massa de marginalizados, que cresce continuamente e provoca uma situação de conflito. Essa situação se apresenta como um desafio, um elemento de anomia¹⁰ dentro da ordem burguesa. Tendo em vista essa população marginalizada, o serviço social da Fundação Leão XIII propõe-se a regenerá-la.

A Fundação Leão XIII foi a primeira grande instituição assistencial que teve o objetivo de atuar amplamente nas grandes favelas. Seu âmbito de atuação será as favelas da cidade do Rio de Janeiro e Distrito Federal, sendo resultado de convênio entre a Prefeitura do Distrito Federal, Ação Social Arquidiocesana e Fundação Cristo Redentor.

7 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

A partir da década de 1930, e especialmente no período após a Segunda Guerra Mundial, os mecanismos de disciplinamento e de controle social acentuam-se no mesmo grau em que se aprofunda o capitalismo. O Estado assume as funções de zelar pelo disciplinamento e pela reprodução da força de trabalho, tarefas em que as instituições assistenciais desempenham um papel fundamental.

O aprofundamento do capitalismo vem a resultar na necessidade de uma nova racionalidade no atendimento da **questão social**. Os serviços assistenciais e educacionais tornam-se consumo produtivo para o capital e para o Estado.

O processo de surgimento e de desenvolvimento das grandes entidades assistenciais é também o processo de legitimação e de institucionalização do serviço social, visto que a profissão de assistente social consolida-se e rompe o estreito laço de sua origem no bloco católico a partir de sua inserção no mercado de trabalho, ou seja, como trabalho e trabalhador presente no processo de reprodução das relações sociais de produção.

¹⁰A palavra "anomia" é de origem grega. O prefixo *a* significa ausência, inexistência, privação de, e *nomia* refere-se a lei, norma, logo, anomia significa falta de leis ou normas.

O serviço social deixa de ser uma forma de intervenção política de determinadas frações de classes para ser uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto do bloco dominante. Contudo, o serviço social mantém sua ação educativa e doutrinária de "enquadramento" da população cliente.

O serviço social atua como instrumento de esclarecimento e conscientização da população-alvo, instruindo-a sobre os direitos, serviços e benefícios que são proporcionados pelas instituições, em que as demandas são vistas como manifestações de carências, e não como direitos.

As práticas de pesquisa e classificação assumem um caráter metódico e burocrático a partir da institucionalização do serviço social. O que parece caracterizar o projeto de prática institucional do serviço social é a ação de cunho educativo por meio da persuasão.

O processo de institucionalização e as novas e múltiplas atividades que o serviço social passa a desenvolver orientam para a reestruturação profunda em suas formas de organização e intervenção (BAIERL, 2004).

O assistente social é um agente legitimado pelo Estado. A ação isolada é substituída por um trabalho coordenado e metódico com o aparecimento de um agente coletivo que favorece a divisão técnica do trabalho e as especializações. Somam-se a isso o surgimento e a disseminação das equipes multidisciplinares como alternativa e solução racionalizadora para que a questão social que se agrava possa ser enfrentada, principalmente em relação às condições de saúde. A tônica dos programas é dada pelo conteúdo educativo que visa à prevenção.

7.1 A busca pela atualização

O serviço social pós-1940 ruma à sistematização e concretização de sua prática. A renovação do serviço social constitui um fenômeno característico da profissão sob a vigência da autocracia burguesa. Marca uma diferenciação e uma redefinição profissional sem precedentes na trajetória profissional, dadas as novas condições postas pelo ciclo dos governos militares.

O processo de renovação do serviço social expressa um quadro complexo e heterogêneo, composto por:

- vários projetos profissionais em confronto, com o pluralismo teórico, ideológico e político, fomentando a crítica;
- diversas concepções de intervenção profissional, derivadas da diversificação das matrizes teórico-metodológicas alternativas;
- novas propostas de formação profissional;
- fraturas ideológicas (BAIERL, 2004).

A partir dessa década, o serviço social busca conteúdos teóricos e metodológicos que melhor instrumentassem sua ação prática.

É nesse contexto, exatamente nessa década, que se destacam os congressos de serviço social que influenciaram o serviço social rumo a uma melhor adequação teórica e metodológica.

O fortalecimento profissional do assistente social no final dos anos de 1940 impulsiona a organização de congressos, cursos de reciclagem, criação, em 1945, da Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (Abess), em 1946, da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (Abas), a criação do Código de Ética (1948) e, consagrando os esforços, a regulamentação do ensino (1954) e o reconhecimento da profissão (1956) (BAIERL, 2004).

Em abril de 1954, Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº 35.311, de 8 de abril de 1954, regulamentando o ensino do serviço social no Brasil. Em seu artigo 2º, são definidas como finalidades do curso (BAIERL, 2005):

- I – Promover a formação de pessoal técnico habilitado para a execução e direção do serviço social.
- II – Aperfeiçoar e propagar conhecimentos e técnicas relativas ao serviço social.
- III – Contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais.

A Abess foi criada em 1945, por recomendação do I Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado em Santiago do Chile (1945), com a finalidade de congregar as escolas de serviço social, promover um intercâmbio entre elas, garantir um padrão mínimo de ensino e representar os interesses coletivos das escolas.

A Abas foi organizada em 1946 com a finalidade de buscar o aperfeiçoamento, a garantia do nível profissional dos assistentes sociais, a defesa de seus interesses e de lutar pelo reconhecimento oficial.

Em setembro de 1947, por meio de assembleia geral, a Abas aprovou o Código de Ética para a profissão.

Em síntese, o processo de renovação do serviço social teve como elementos:

- o pluralismo teórico-profissional;
- introdução de diferentes concepções profissionais, com diferentes visões de mundo e sociedade, demonstrando o rompimento com a homogeneidade que caracterizava a profissão nessas décadas;

- interlocução acadêmica e com outras ciências, deixando de ser subalterno dentro do âmbito acadêmico;
- fomento da investigação e da pesquisa (BAIERL, 2004).

7.2 Os congressos do serviço social na década de 1940

Segundo Baierl (2004), no ano de 1942 ocorreu o I Congresso Pan-Americano de Serviço Social no Chile, o qual apresentaria as primeiras expressões de mudança metodológica, porém com traços de continuidade, reafirmação da influência norte-americana, marcando uma nova hegemonia internacional. Esse congresso – considerado o marco da influência norte-americana no serviço social latino-americano – dividiu suas atividades em três seções:

- ensino do serviço social;
- temas oficiais;
- temas livres.

Ainda no âmbito da América Latina, merece destaque o Congresso Pan-americano de 1945, na cidade de Santiago, no Chile. Ele congregou escolas de serviço social e proporcionou o intercâmbio entre elas. Compareceram a esse congresso 14 delegações estrangeiras, o que suscitou um caráter mais oficial (*idem*).

A delegação brasileira foi representada oficialmente por representantes do Ministério do Trabalho do Departamento de Previdência Social e de assistentes sociais ligados à Legião Brasileira de Assistência (LBA) e também por representantes das Escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Esse encontro foi dividido em três temas. São eles:

- ensino de serviço social;
- temas oficiais:
 - serviço social no meio rural;
 - serviço social industrial;
 - serviço social em instituições médicas;
 - serviço social da infância e adolescência.
- temas livres (*idem*).

Em 1947 realizou-se o I Congresso Brasileiro de Serviço Social, promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social – Ceas, cujo tema era a Preparação para o II Congresso Pan-Americano a ser realizado em 1949, com ampla participação das entidades particulares e governamentais.

Esse congresso foi marcado pela ausência de uma temática central, os debates foram organizados em seis grandes campos: serviço social e família; serviço social de menores; educação popular e lazeres; serviço social médico; serviço social na indústria, agricultura e comércio; e os agentes do serviço social.

Essa diversidade de temas refletia muito o contexto e o momento que o país vivia. O Brasil estava em plena efusão do Estado Novo, com um aparato assistencial desenvolvido por este que ampliava o mercado para o assistente social, com a finalidade de atender as pressões desencadeadas pelos novos setores urbanos, atuando nas sequelas da miséria (*idem*).

Em 1949 realizou-se o II Congresso Pan-Americano de Serviço Social no Rio de Janeiro, tendo como tema O Serviço Social e a Família.

Esse congresso foi solenemente aberto pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, e a saudação aos congressistas ficou a cargo do Ministro da Educação Clemente Marins. O tom das discussões, debates e teses pouco diferenciaram-se dos congressos anteriores. Houve uma ênfase menos apostolar e mais fundamentada na psicologia e na técnica. Ao mesmo tempo em que se afirmava o caráter fundamental do serviço social de caso, houve uma solicitação da utilização do serviço social de grupo e do serviço social de comunidade, o que representava a busca da modernização da profissão (*idem*).

Esses três congressos refletem a posição de diversos organismos que, internacionalmente, constituem as principais agências de divulgação e de incentivo à utilização dos métodos relacionados ao desenvolvimento de comunidade. Participa deles um grande número de pessoas que não são assistentes sociais, assim como entidades que empregam profissionais do serviço social.

O I Congresso Brasileiro de Serviço Social estabelecia por meio dos seis grandes temas as seguintes recomendações (SILVA, 2003):

- Serviço social e família: criação de órgãos de assistência integral à família, moradias populares, legalização das uniões, assistência aos jovens decaídos.
- Serviço social de menores: dar prioridade a colocação familiar, criação de serviços de colocação familiar, reforma no código de menores e da justiça de menores: assistência à infância excepcional.
- Educação popular e lazer: necessidade de educação integral como fundamento da moral cristã, proporcionando educação integral à família operária, educação para adulto e o aproveitamento racional das horas de lazer; preparação de líderes.

- Serviço social médico: integração do serviço social nas instituições médicas com funções específicas do serviço social de caso, definindo suas funções.
- Serviço social na indústria, comércio e agricultura: visão de empresa como uma comunidade funcional, que produz um papel de consenso. Produziria o respeito mútuo entre os elementos da produção; serviço social como meio de reajustamento e emancipação; incorporação nas empresas da prevenção de acidentes, educação para a legislação social, estudo de soluções problemas no meio rural, com a criação de uma entidade rural; criação de serviço social nas escolas rurais.
- Agentes de serviço social: visão do serviço social como atividade científica e também como filosofia de vida; formação de supervisores; intercâmbio entre escolas; criação de associação de alunos.

7.3 A expansão da profissão e a ideologia desenvolvimentista

A partir da influência teórica e metodológica estabelecida segundo o contexto dos congressos de serviço social, a década de 1950 marcaria a fase de renovação crítica para o serviço social.

A década de 1960 veio a refletir na "cara" do serviço social, em que este sofre acentuadas transformações, "modernizando-se" nos âmbitos teórico e prático, ocorrendo, também, um alargamento das funções do assistente social em direção a tarefas de coordenação e planejamento, o que evidencia uma evolução no *status* técnico da profissão.

Nas suas ações são evidenciados os métodos do serviço social de grupo e de comunidade. Essas condições amadurecem dentro de um quadro mais amplo, de expansão e de afirmação do desenvolvimento como ideologia dominante. A ideologia desenvolvimentista define-se pela busca da expansão econômica acelerada, visando à prosperidade, à riqueza, à grandeza material, à soberania e ao ambiente de segurança e de paz social e política.

Deve-se observar que até o final da década de 1950 essa ideologia não fazia parte do ideário do serviço social, pois o período em que este se desenvolvia – o governo de Juscelino Kubitschek – era marcado pela subordinação da resolução da totalidade dos problemas à expansão econômica; isso ocorre somente em uma etapa posterior. Ao centrar a perspectiva de integração das massas marginalizadas à expansão econômica, restringe-se o espaço de atuação da ação assistencial, portanto, a possibilidade de sua incorporação às políticas adotadas.



A ideologia desenvolvimentista apresenta-se como uma proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, autossustentado, a fim de correr atrás do atraso do subdesenvolvimento.

O serviço social nesse primeiro momento mostra-se alheio a esta ideologia, visto que ela buscava a resolução dos problemas sociais por meio da expansão econômica, do enquadrando dos trabalhadores aos fins da economia.

Aprofunda-se, no plano de ensino, a influência norte-americana, com o serviço social voltando-se ainda mais para o tratamento – nas linhas da psicologia e da psiquiatria – dos desajustamentos psicossociais. As teorias de caso, grupo e comunidade compuseram a tríade metodológica que orientou o serviço social na busca da integração do homem ao meio social.

O serviço social de grupo começa a fazer parte dos programas nacionais do Sesi, da LBA etc., iniciando uma nova abordagem que relaciona estudos psicossociais com os problemas da estrutura social.

As atividades vinculadas ao Desenvolvimento de Comunidade apresentam nesse período franco desenvolvimento com o surgimento de uma série de organismos – inspirados na experiência norte-americana – e da realização de importantes seminários. Esses organismos baseiam-se, essencialmente, em técnicas de Desenvolvimento de Comunidade e perseguem a modernização da agricultura brasileira, adotando por estratégia a educação de adultos. Quanto aos seminários, eles desempenham papel importante para que o Desenvolvimento de Comunidade solidifique-se como uma nova opção de política social, para que se possa atuar nos meios sociais marginalizados.

Durante a década de 1950 e início da década de 1960, o serviço social incorpora a política desenvolvimentista no ensino. Essa política tinha ênfase na aceleração econômica, incentivada pela industrialização e modernização capitaneadas pelos Estados Unidos. Ao serviço social caberia contribuir para o aprimoramento do ser humano, mesmo que o país convivesse com a existência de setores subdesenvolvidos.

O DC foi uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica americana (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. Partindo do pressuposto de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo julgava-se ser preciso melhorar e desenvolver o sistema capitalista; daí a busca de estratégias como a implementação de DC.

Durante os anos de 1950, a ONU empenha-se em sistematizar e divulgar o DC como uma medida para solucionar o complexo problema de integrar esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento. Plasmado sobre um esquema conceitual societário que se propunha regido pelos pressupostos da harmonia e do equilíbrio, o DC era definido como:

[...] um esforço consciente e deliberado para ajudar as comunidades a reconhecerem suas necessidades e a assumirem responsabilidade na solução de seus problemas pelo fortalecimento de sua capacidade em participar integralmente na vida da nação (XII Conferência Internacional de Serviço Social, 1962, ANDRADE, 2008).

Aderindo às recomendações da ONU, a OEA define uma política de assistência técnica a programas de DC para as Américas e cria, junto à Divisão de Assuntos Sociais, uma unidade responsável pela divulgação e pelo impulso desses programas no continente.

Como se pode ver, a preocupação do serviço social brasileiro com o DC está atrelada a um movimento de âmbito internacional, disseminado pelas Nações Unidas e lembrado pelos organismos interessados na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista, principalmente o Estado.

Exemplos dessa relação podem ser observados na realização de alguns eventos: o primeiro seminário sobre DC, patrocinado pela OEA, em Porto Alegre no ano de 1951 confere grande relevância aos trabalhos com base geográfica, cuja unidade de trabalho é a pequena comunidade; em 1953, a ONU promove o Seminário de Bem-Estar Rural; e, em 1957, é realizado o Seminário de Educação de Adultos para o DC, promovido pela União Católica Internacional de Serviço Social (Uciss), sob o patrocínio da Unesco.

7.4 O II Congresso Brasileiro de Serviço Social e a descoberta do desenvolvimentismo

O II Congresso, realizado em 1961, teve como tema central O Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social. Teve também caráter preparatório para a XI Conferência Internacional de Serviço Social, marcada para ser realizada em 1962, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Ela se realizou em um ano em que a vitória de Jânio Quadros representava a possibilidade da formação de uma nação forte, com atuação especial no social, portanto, de uma nova estratégia desenvolvimentista (BAIERL, 2005).

Esse congresso se realizou sob o impacto do crédito de confiança dado à instituição pelo então presidente da República e também presidente de honra do evento. O serviço social é visto como instrumento de consecução dos objetivos nacionais e deve trabalhar as diversas modalidades de atuação em Desenvolvimento de Comunidade. Em relação à questão social, e tendo em vista essa realidade, o serviço social deve readaptar-se, procurando sintonizar seu discurso e seus métodos com as preocupações das classes dominantes e do Estado. Os métodos e as técnicas ligados ao Desenvolvimento de Comunidade e ao Desenvolvimento e Organização de Comunidades são apresentados como formas de se participar das mudanças.

As conclusões e as recomendações decididas nesse congresso permanecem no campo da modernização – facilitar o movimento do capital e a permanência das relações capitalistas –, da valorização do desenvolvimento com um mínimo de desestabilização. Situam-se dentro das proposições da Aliança para o Progresso, da Conferência de Punta del Este, realizada em 1961.

A necessidade de adequar o serviço social ao processo de desenvolvimento foi sentida pela categoria profissional nesse evento, dada a ênfase nas discussões acerca do tema, que contaram com participação, em média, de mil pessoas por sessão. Esse congresso reveste-se de significativa importância para a compreensão da passagem ao período posterior, após 1961 (*idem*).

É interessante observar que esse II CBSS teve como:

- **Presidente de honra:** Dr. Jânio da Silva Quadros – Exmo. Sr. Presidente da República.
- **Comissão de honra:** Dr. Carlos Frederico Werneck de Lacerda, Sa. Em^a. Rev. D. Jaime de Barros Câmara – Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dr. Francisco de Castro Neves – Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social
- **Instituições operadoras:** Serviço Social do Comércio, Serviço Social Rural, Serviço Social da Indústria, Legião Brasileira de Assistência, Associação Brasileira de Assistentes Sociais, Associações Profissionais e Sindicatos de Assistentes Sociais, Faculdades de Serviço Social, Comitês Regionais do CBCISS.
- **Organização:** CBCISS – Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social.

O temário do II CBSS obedeceu a uma linha geral por meio da qual seis conferências proferidas em sessões plenárias apresentaram as bases do "Desenvolvimento Nacional".

Nos anos de 1960 do século passado, o governo combinou crescimento econômico e estabilidade política. O processo de industrialização ganhou novo vigor, sendo introduzido na economia brasileira o setor de bens de consumo duráveis, em grande parte por meio de investimentos estrangeiros, visando tirar o país do atraso e trazê-lo para a modernidade capitalista. Com isso, o serviço social se expande ao assumir as propostas desenvolvimentistas.

Há um significativo alargamento das funções exercidas por assistentes sociais, em direção a tarefas, por exemplo, de coordenação e planejamento, que evidenciam uma evolução no *status* técnico da profissão. Assumem relevo e aplicação mais intensiva os métodos de serviço social de grupo e, especialmente, comunidade, a partir dos quais os agentes poderão exigir uma nova caracterização de suas funções (IAMAMOTO, 2008, p. 339 e 340).

As funções profissionais também se expandem, pois os assistentes sociais propõem-se a aceitar o desafio de sua participação nesse novo projeto de desenvolvimento, no qual por meio do método de Desenvolvimento de Comunidade é colocada em prática a sua contribuição para o processo de mudança exigido por essa nova perspectiva. A atuação torna-se mais técnica, fundamenta-se na busca da neutralidade, frieza, distanciamento dos problemas tratados e no aprimoramento dos métodos (BAIERL, 2004).

Entretanto, no decorrer da década de 1960 do século passado, o país passa por uma crise no modelo de governo populista, gerando uma instabilidade política no governo de João Goulart, conhecido popularmente por Jango (1961-1964). Também nessa década, houve uma intensa organização política da classe trabalhadora dando origem há diversos movimentos sociais, causando preocupação às classes dominantes, que temiam um golpe comunista (BAIERL, 2005).

De um lado, a esquerda considerava que as medidas de Jango eram insuficientes para alterar o quadro social do país e, do outro lado, a direita acusava-o de corrupto e de que ele ia preparar um golpe de Estado, conduzindo o país ao regime comunista. O governo percebeu que precisava do apoio popular para defender o seu programa de reformas, e realiza no dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, o "Comício das Reformas", anunciando mudanças na estrutura agrária, econômica, educacional, entre outras (BAIERL, 2005).

Os conservadores responderam contra as intenções de João Goulart organizando uma manifestação conhecida como Marcha da família com Deus pela liberdade, tendo a participação de milhares de pessoas. Os militares organizaram-se em uma assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, considerando esse ato uma quebra da hierarquia que colocava em risco a organização militar.

E foi na madrugada de 31 de março que as tropas lideradas pelos generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes foram ao Rio de Janeiro para depor Jango. O mesmo refugiou-se no Uruguai, para evitar uma guerra civil. Inicia-se nesse momento no Brasil a Ditadura Militar.

7.5 O serviço social e o Movimento de Reconceituação

No período ditatorial o serviço social passa por transformações significativas no seu fazer profissional. Nesse período houve uma expansão quantitativa, com a abertura no mercado de trabalho, e qualitativa, por conta do amplo debate no interior da categoria profissional sobre a teoria e o método do serviço social, porém com uma visão modernizadora, cientificista e tecnicista (SILVA, 2003).

Essas transformações ocasionaram o que se convencionou chamar, inicialmente, de Movimento de Reconceituação do Serviço Social em 1965, o qual para Silva (2003) permitiu canalizar as insatisfações acumuladas pelos profissionais que se conscientizam, progressivamente, de suas limitações, tanto teórico-institucionais como político-ideológicas.

A renovação inicia-se mediante ação organizadora de uma entidade que aglutina profissionais e docentes e que em seguida tem o seu centro de gravitação transferido para o interior das agências de formação e, enfim, espraia-se desses núcleos para organismos de clara funcionalidade na imediata representação da categoria profissional (NETTO, 2004, p. 153).

O Movimento de Reconceituação processado nos anos de 1965 constituiu-se como marco na história do serviço social. A segunda metade dos anos de 1960 veio a sinalizar as principais mudanças para a profissão, dentro de uma conjuntura de profunda erosão das suas práticas tradicionais.



Lembrete

Serviço social tradicional: prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada pela ética liberal-burguesa, com caráter funcionalista.

As condições históricas que apontavam uma revisão, uma mudança crítica expressava a Reconceituação como um fenômeno internacional.

Segundo Netto (2005, p. 7), o Movimento de Reconceituação tratava-se de um movimento de magnitude mundial, balizado no ano de 1968, indo de Berkley a Paris, até a selva boliviana, movimento que é fruto da expressão dos movimentos nas fábricas do Norte da Itália à ofensiva Tet no Vietnã, nas passeatas do Rio de Janeiro às manifestações em Berlim-Oeste.

Sua raiz está evidenciada na crise do padrão capitalista vigente, na tensão das estruturas sociais desse mundo capitalista, assegurado desde a Segunda Guerra Mundial.

Ainda nesse panorama mais geral e internacional, temos a Revolução Cubana (1959), com seu ideário de libertação, e a Guerra do Vietnã, que mobilizou a juventude norte-americana, contando com amplos movimentos de luta sindical, lutas pela reordenação de recursos governamentais para as políticas sociais – demandas sociais e culturais diversificadas.

As tensões das estruturas sociais do mundo capitalista ganhou uma nova dinâmica; em um contexto de distensão das relações internacionais, geraram um quadro favorável para a mobilização das classes subalternas em defesa dos seus interesses. Esses movimentos põem em questão a racionalidade do Estado burguês e a capacidade de suas instituições.

Parafrazeando ainda Netto (*idem*, p. 9), a partir desse contexto histórico, a gênese do Movimento de Reconceituação foi guiada por uma questão elementar: **Qual a contribuição do serviço social na superação do subdesenvolvimento?**

Tal indagação vinha na contramão das bases convencionais do serviço social tradicional.

Segundo Netto (*idem*, p. 139), eram três os elementos relevantes para a erosão do serviço social tradicional:

O reconhecimento de que a profissão ou se sintoniza com as "as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento" ou se arrisca a ver seu exercício profissional "relegado a um segundo plano".

Levanta-se a necessidade de [...] aperfeiçoar o aparelhamento conceitual do serviço social e de [...] elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade.

A reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento.

Ainda segundo Netto (*idem*, p.140), não se identifica uma crise instalada no serviço social tradicional, por isso a ideia de movimento, percebendo-se nos anos subsequentes com o rebatimento de quatro fatores específicos na categoria profissional:

- amadurecimento profissional e sua relação em equipes multiprofissionais;
- desligamento de segmentos da Igreja Católica mais tradicional;
- participação do movimento estudantil nas escolas de serviço social;
- o referencial teórico que englobava as ciências sociais, dentro de uma dimensão mais crítica.

O Movimento de Reconceituação do serviço social, ocorrido entre os anos de 1965 e 1975, expressa, portanto, uma nova corrente para a profissão, com caráter mais heterogêneo – várias vertentes, linhas políticas, teóricas e profissionais. Ele é fruto de condicionantes históricas, com aprovação de setores jovens e profissionais de vanguarda do serviço social.

A primeira expressão desse movimento foi iniciada a partir do I Seminário Latino-Americano de Serviço Social, realizado no ano de 1965 em Porto Alegre, que contou com a presença de 415 participantes do Brasil, Argentina e Uruguai e finalizou-se por volta do ano de 1973. Nesse mesmo ano, com a interlocução através dessa sistematização com o serviço social latino-americano, foi fundada a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (logo depois Trabalho Social), Alaets, entidade de grande importância no fomento da crítica – serviço social crítico. Entretanto, na profissão, em consonância com o contexto da década de 1960, emergiu um movimento crítico denominado Movimento de Reconceituação Latino-Americano do Serviço Social.

Esse movimento denunciava e criticava o serviço social tradicional e seu vínculo com o conservadorismo, uma autocrítica quanto à profissão – revisão global; questionamento da sociedade e de seu nível societário, da direção social da prática profissional, de suas raízes sociopolíticas, de seus fundamentos ideológicos e teóricos, sintonizando o serviço social com a realidade a fim de atender às demandas; crítica ao tradicionalismo.

Expressa um avanço nas reflexões teóricas do serviço social, faz a crítica ao assistencialismo e às bases convencionais, buscando um novo papel para se atuar mais atrelado à realidade. É um movimento teórico, metodológico e operacional.

É expressão e parte de uma crise ideológica, política e de eficácia da categoria profissional, na qual o serviço social vinha questionar a sua burocratização, suas teorias importadas e sua ligação com a classe dominante.

É uma recusa do conservadorismo, uma recusa de teorias importadas, um confucionismo ideológico (várias ideologias, várias vertentes), sinaliza a apropriação da teoria marxista, que melhor sinalizava as inquietudes da época (BAIERL, 2004).

Não foi um movimento homogêneo de ideias e posições, mas incorporou várias correntes e tendências. Até mesmo sua aceitação no meio profissional não foi homogênea.

Há três projetos no bojo do movimento (*idem*):

- manutenção da matriz conservadora e tradicional;
- modernização conservadora; e
- ruptura com o conservadorismo.

O Movimento de Reconceituação foi mais intenso na América Latina – Brasil, país com um nível mais avançado de industrialização e um sistema de governo populista, lutas de classes e organização mais consciente das mesmas, com a presença da participação política, assumindo uma perspectiva crítica de contestação política e de proposta de transformação social. Essa posição dificilmente poderia ser colocada em prática frente à explosão de governos militares ditatoriais e pela ausência de suportes teóricos claros.

Esse movimento trouxe inúmeros questionamentos acerca da sociedade e das condições de trabalho postas ao assistente social, alavancando um posicionamento crítico face ao serviço social tradicional conservador e à lógica capitalista. Possibilitou uma análise crítica da sociedade do capital, problematizando o papel do assistente social na sociedade capitalista e as demandas a ele dirigidas.

Evidencia-se aí a visibilidade pelo assistente social dos antagonismos existentes entre as classes que nada mais eram do que expressões das relações sociais – digam-se relações sociais como fruto das relações capitalistas visto que o trabalho (categoria fundante para o ser social) delimitava o perfil do cidadão nessa época.

No âmbito do movimento, definiram-se e confrontaram-se diversas tendências voltadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do serviço social. Essas tendências resultaram em conjunturas sociais particulares nos países do Continente e que levam, por exemplo, no Brasil, o movimento em seus primeiros momentos (tempos de Ditadura Militar e de impossibilidade de contestação política) a priorizar um projeto tecnocrático/modernizador, do qual os documentos Araxá e Teresópolis são as melhores expressões.

No Brasil, as influências desse movimento só irão repercutir a partir do fim da Ditadura Militar, que minou as bases que proporcionariam uma crítica progressista no serviço social.

Dentro dessa perspectiva, o serviço social revisou apenas seus conceitos e conteúdos, resgatando e mantendo seus núcleos teóricos, revestindo-os de uma nova roupagem apenas.

Nesse movimento, algumas vertentes de análise que emergiram no bojo do Movimento de Reconceituação (*idem*):

- vertente modernizadora, caracterizada pelas abordagens funcionalistas, estruturalistas e positivistas;
- vertente inspirada na fenomenologia, que priorizava a metodologia dialógica, abarcando as concepções de pessoa, o diálogo e a transformação social como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão;

- vertente marxista, que se apropriou do conceito de sociedade e de classes no Brasil, aproximando-se do marxismo.

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no serviço social brasileiro e latino-americano não se dá sem interferências, ou mesmo de um modo equivocado – interferências político-econômico-sociais e equívocos na apropriação e interpretação.

No entanto, é com esse referencial que o serviço social questiona sua prática institucional e seus objetivos, iniciando-se aqui a vertente comprometida com a ruptura com o serviço social tradicional, fazendo a crítica ao positivismo e ao funcionalismo como correntes filosóficas.

O assistente social nesse contexto do movimento fazia reivindicações e recusava-se a funções meramente executivas, requeria assim sua participação nas atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microsocial, valorizando dessa forma suas apropriações intelectivas.

Exemplo de aplicação

O que você apreendeu sobre o Movimento de Reconceituação? Em sua opinião, esse Movimento reconceituou ou não o serviço social brasileiro? Sistematize suas interlocuções com os conteúdos já abordados.

7.5.1 Araxá: a afirmação da perspectiva modernizadora

No ano de 1967 no 1º Seminário de Teorização em Araxá foi formulado um documento por 38 assistentes sociais, expressão de um movimento que se colocou a pensar sobre o serviço social, procurando sistematizar seus referenciais teóricos. Tratava-se de uma carta de princípios que orientaria a prática.

Segundo esse documento, o serviço social era concebido como uma prática institucionalizada interventiva que trabalha junto ao indivíduo com desajustamento familiar e social, sob uma perspectiva preventiva, corretiva e promocional, tensionando o moderno e o tradicional, apresentando o serviço social tradicional com uma roupagem nova a fim de inseri-lo no processo (BAIERL, 2004).

Fica evidente que não há um rompimento com o tradicionalismo, mas sim uma captura do tradicional sobre novas bases. Buscava-se romper com a atuação de caso, grupo e comunidade, incorporando novos métodos e processos, tais como: de planejamento e de administração.

Seus objetivos eram (*idem*):

- **Remotos:** davam um embasamento mais geral dos objetivos para o serviço social. Propunham-se a prover recursos indispensáveis ao desenvolvimento, à valorização e à melhoria das condições do ser

humano, segundo valores universais, tais como os contidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas – ONU. A realidade não era colocada em questão.

- **Operacionais:** os meios de realização dos objetivos remotos, uma orientação, a metodologia de ação. Visam identificar e tratar problemas ou distorções que impeçam os indivíduos de alcançar os padrões compatíveis com a dignidade humana. Estabelecem uma pesquisa de elementos e elaboram dados que levem às reformas estruturais. São condicionados pela participação do indivíduo ao processo de mudança.

As funções do serviço social decorrem de sua atuação na política social, no planejamento, na administração de serviços sociais, nos serviços de atendimento direto, corretivo, preventivo e promocional, destinados a indivíduos, grupos, comunidades, populações e organizações.

Os métodos de ação do serviço social estavam explicitados em (SILVA, 2003):

- **Postulados:** apresentavam os pressupostos éticos e metafísicos para a ação do assistente social, com seu conteúdo derivado da visão neotomista e com uma postura ética abstrata e a-histórica. Eram sustentados pela visão funcionalista. Poderiam ser a respeito da dignidade da pessoa humana, da sociabilidade e da perfectibilidade.
- **Operacionais:** normas de ação que validavam a universalidade, com um enfoque global do homem.

Nessa perspectiva, há um deslocamento no campo ético do neotomismo para o terreno do funcionalismo, por meio da integração sistêmica do indivíduo e da sociedade.

São estabelecidos nesse documento diferentes níveis de atuação. São eles:

- nível de microatuação: operacional, administrativo e de prestação de serviços diretos;
- nível de macroatuação: integração da atuação na política e no planejamento para o desenvolvimento, com melhor utilização da infraestrutura social.

O serviço social deveria participar de todas as fases de programação do macroplano de atuação, formulando sua metodologia e estratégia de ação a fim de elaborar e implantar a política social, além de planejar e implementar a infraestrutura social. Dentro dessa ótica, exigia-se um profissional polivalente, um superprofissional que pudesse abarcar todas as demandas e conduzi-las, ou seja, que possuísse um perfil que melhor contribuísse para o desenvolvimento, disseminando uma visão de integração e de bem-estar social.

Modelo de atuação (*idem*):

- ideologia do desenvolvimento integral;
- planejamento;
- mobilização de forças organizadas;

- capital (recursos humanos e materiais);
- técnica.

7.5.2 Teresópolis: a cristalização da perspectiva modernizadora

O Documento de Teresópolis foi elaborado pela iniciativa de 33 profissionais no ano de 1970, sendo um estudo sobre a metodologia do serviço social, em que se colocou a pensar a prática e sua interlocução com a teoria, uma concepção operacional da profissão.

No documento constatava-se a busca pela qualificação do assistente social, criando um perfil que melhor contemplasse a modernização conservadora da Ditadura Militar, consolidando o estrutural-funcionalismo como concepção teórica.

Os participantes do CBCISS receberam um documento prévio referente à temática desse seminário, relacionado com a necessidade de um estudo sobre a metodologia do serviço social face à realidade brasileira, que foi elaborado a partir da avaliação dos sete encontros regionais que se realizaram em 1968 para discutir o Documento de Araxá.

Seus organizadores elaboraram um minucioso roteiro de trabalhos, mas os participantes modificaram-no e cada um dos grupos de trabalhos acabou elaborando um novo roteiro, o que impediu a redação final de um único documento como no caso de Araxá.

No documento, o papel do profissional do serviço social é claramente colocado como um funcionário do desenvolvimento, em que se destacam as funções estritamente operativas e técnico-instrumentais, dentro da perspectiva de desenvolvimento e do desenvolvimentismo. Trata-se de uma adenda ao desenvolvimento e seus resultados na ordem societária.

Essa perspectiva é transportada para a análise da realidade sociocultural da população, quando a chamada "cultura popular", identificada como cultura primitiva, corresponderia à sociedade pré-industrial, em oposição à chamada "cultura moderna", típica das sociedades industrializadas. Tinha a visão de que o crescimento econômico e a industrialização são automaticamente fatores de modernização e desenvolvimento; além de adotar critérios quantitativos, índices que possam mensurar o estágio de desenvolvimento de um país.

É um documento mais teórico, construindo estratégias e metodologias de ação. O Teresópolis construirá competências técnicas, práticas e administrativas a fim de criar o perfil técnico do assistente social nos locais onde estes estavam inseridos, tendo clareza sobre o funcionalismo.



Lembrete

Araxá: carta de intenções programática.

Teresópolis: pauta de intervenção.

As suas preocupações centrais não são com as teorias, os valores, as finalidades do serviço social, mas sim com as formas, os meios, os procedimentos no sentido de garantir maior eficácia à ação profissional à medida que o assistente social pudesse contribuir para o processo de desenvolvimento, a partir do trabalho com os indivíduos, grupos, comunidades, populações com os quais trabalha. Para isso, o assistente social precisaria estar instrumentalizado com métodos, técnicas, procedimentos, o máximo possível, definidos, fechados, para que se possa direcionar a ação profissional para a consecução dos fins definidos previamente.

O profissional é tido como "funcionário do desenvolvimento", reservam-se ao assistente social funções de caráter executivo e técnico-instrumentais, funcionais à lógica da modernização.

A perspectiva modernizadora afirma-se como um avanço.

O documento de Teresópolis é a expressão mais elaborada de um tipo de concepção do serviço social baseada na perspectiva teórico-prática do serviço social para a integração social, devido a seu objeto central de situações sociais problemas e o foco da atenção ser a carência e a disfunção. Introduziu-se a ideia de "patologia social", da diferenciação entre o que era normal e o que era patológico, o que poderia perturbar ou desajustar o funcionamento normal da sociedade e de seu sistema. Conceitua-se um "círculo vicioso da miséria".

Esse método tinha uma meta, de construir uma concepção científica para o serviço social a partir da definição de uma metodologia básica de ação – entendida como a definição de procedimentos, etapas, instrumentos a serem utilizados em qualquer área profissional.

7.5.3 O método de Belo Horizonte: intenção de ruptura

O método de Belo Horizonte surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade de Minas Gerais entre os anos de 1972 e 1975, em que um grupo de jovens profissionais define uma linha de renovação para o serviço social. O método foi uma alternativa global ao tradicionalismo (BAIERL, 2004).

Ele tem suas bases na dimensão ideopolítica crítica, confrontando a autocracia burguesa, indo contra com sua ordem no plano teórico, cultural, profissional e político, caráter opositor ao tradicionalismo. Essa perspectiva defendia o avanço das liberdades democráticas, maior participação popular, rompimento com o tradicionalismo. O método de Belo Horizonte foi interrompido em 1975.

Seu traço mais importante foi a vinculação com a universidade, o que dava a base teórica para que se rompesse com o tradicionalismo – perspectiva renovadora. A universidade buscava responder a essas demandas por meio de uma produção teórica, via pesquisa, ensino e extensão, ocorrendo uma interação com outros profissionais.

A perspectiva da intenção decorre de um projeto de romper com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-operacionais. Ela se expande a partir da crise do regime militar e da entrada da classe operária na cena política, porém o Golpe Militar rompe com esse avanço, todavia não impede seu desenvolvimento ideológico e cultural.

A intenção de ruptura com o serviço social tradicional produz crítica e contestação das bases, pautadas no regime, introduzindo o pensamento marxista e a participação político-partidária (*idem*).

O método articula os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternizadas, com os critérios teóricos, metodológicos e interventivos do serviço social.



Lembrete

Ele fez uma crítica ideológica, uma denúncia epistemológica, além de recusar os métodos tradicionalistas (*idem*).

As críticas realizadas eram quanto ao conceito simplificado da classe social, objetivos muito ambiciosos (messianismo) e funções que se confundem com as funções político-partidárias.

Nos anos 1970, o espaço acadêmico apresentava-se como sólido e consolidado, sendo terreno fértil para a graduação e a pós-graduação em serviço social. Tal espaço proporcionava a revisão teórica e metodológica, questionando suas bases (*idem*).

Na academia é possível sinalizar a interação entre as ciências e mesmo a interação ou integração intelectual entre assistentes sociais, pois é no espaço do conhecimento que a crítica era bem-vinda, e não recusada. As experiências da inserção no mercado de trabalho e até mesmo no campo de estágio fomentavam a crítica e o interesse pela pesquisa, que vinham quebrar o isolamento.

É a partir da perspectiva da intenção de ruptura que se sinaliza a inserção do serviço social na academia, na busca pela renovação e ruptura com o tradicionalismo.

8 O SERVIÇO SOCIAL ENTRE OS ANOS DE 1930 E 1970 SOB A INFLUÊNCIA SÓCIO-HISTÓRICA: NOTAS INTRODUTÓRIAS

O período de 1930 a 1945 coincide com dois grandes fatores político-sociais: a Segunda Guerra Mundial (Europa) e o período do Estado Novo (Brasil), caracterizando o surgimento da profissão no Brasil, com influência europeia. É só a partir de 1945 que se observa uma expansão do serviço social no país, com o fortalecimento do capitalismo local e as mudanças mundiais decorrentes do período pós-guerra. Nessa ocasião, o serviço social tinha as seguintes características: assistencial, caritativo, missionário e beneficente (BAIERL, 2005).

É, portanto, nesse contexto, décadas de 1920-1930, que o Brasil vivia um período marcado pelo aprofundamento do modelo de Estado intervencionista, sob a égide do capitalismo monopolista internacional e por uma política nacional que privilegiava o crescimento industrial. O desenvolvimento material desencadeava a expansão do proletariado e a necessidade de respostas, de uma política de controle que absorvesse esse segmento.

A gênese do serviço social brasileiro localiza-se a partir desse contexto histórico e político no qual a sociedade encontrava-se nos anos 1930, em uma conjuntura marcada pelo desenvolvimento capitalista, de

conflitos de classes, pelo crescimento da classe trabalhadora, pela luta que se travava contra a exploração de sua mão de obra e pela defesa de seus direitos e cidadania, para intervir junto às sequelas da questão social.

A partir da influência teórica e metodológica estabelecida segundo o contexto dos congressos de serviço social, a década de 1950 marcaria a fase de renovação crítica para o serviço social.

Na década de 1950, a expressão do Desenvolvimento de Comunidade passa a ser veiculada na América Latina por meio do serviço social com forte influência norte-americana (*idem*).

A partir de 1960, o serviço social começa a sofrer importantes transformações no movimento de reconceituação da profissão na América Latina, que trazia uma denúncia ao conservadorismo profissional iniciado na década de 1960 e desenvolvido até a década de 1980, influenciado pela conjuntura histórica mundial, principalmente na América Latina.

Nessa década a profissão veio a questionar seus referenciais e requisitar uma renovação em diferentes níveis: teóricos, metodológicos, técnico-operativos e políticos (SILVA, 2003).

Esse processo de mudanças na formulação teórica e prática do serviço social não se deu de forma isolada, mas sim inserido no movimento das demais ciências sociais e humanas, que discutiam a temática do "desenvolvimento" e de suas repercussões na América Latina.

8.1 A influência das principais correntes filosóficas

O assistente social apresenta-se como um agente institucional, legitimado como profissional para atender à expectativa do sistema capitalista e da burguesia.

As perspectivas metodológicas eram de atender às demandas, às exigências do racionalismo, da planificação de cunho pragmático, ao mesmo tempo em que colocam no seio da discussão a reforma por meio do imperativo ético e moral. A formação cristã humanista do assistente social funde-se ao caráter social da instituição, consolidando as chamadas práticas educativas – a exaltação das qualidades humanas, virtudes e energias morais, capazes de potencializar o indivíduo à sua reinserção no sistema.

O conservadorismo católico, que caracterizou os anos iniciais do serviço social brasileiro, começa a partir da década de 1940, com o contato com o serviço social norte-americano e suas propostas de trabalho, permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista.

Vale saber que nem o doutrinário¹¹ nem o conservadorismo¹² constituem teorias sociais, pois a teoria social constitui-se de um conjunto explicativo totalizante, ontológico, vinculado organicamente ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa e de seu processo de constituição e de reprodução.

¹¹A doutrina caracteriza-se por uma visão de mundo abrangente, fundada na fé, em dogmas.

¹²O conservadorismo, como forma de pensamento e experiência prática, é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade; assim, suas reações são preservadoras da ordem capitalista.

A teoria é uma construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim, supõe um padrão de elaboração: o método. Dessa forma, cada teoria social é um método de abordar o real. Portanto, o método é a trajetória teórica, é o caminho teórico que se observa na explicação sobre o ser social.

O serviço social brasileiro apresenta seu primeiro suporte teórico-metodológico rumo à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização embasado na matriz positivista e conseqüentemente na sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. A teoria social, assentada no positivismo, aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. Essa perspectiva restringe a visão teórica ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. As mudanças apontam para a conservação e preservação da ordem estabelecida, isto é, do ajuste. Tal perspectiva será adensada mais adiante (SILVA, 2003).

Essa orientação funcionalista foi absorvida pelo serviço social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulador, tecnicista e burocrático da ação profissional.

O serviço social, nesse momento, na sua apreensão do real, utiliza a explicação da realidade social: os fundamentos filosóficos da doutrina social da igreja (neotomismo), os conteúdos ideológicos (pensamento conservador) e a perspectiva analítica então hegemônica nas ciências sociais (positivismo).

Dessa forma, as concepções de homem e de sociedade legitimadas pela tríade neotomismo x pensamento conservador x positivismo eliminavam, no âmbito da formação e do exercício profissional, a compreensão sobre:

- a desigualdade, que permeia a sociedade capitalista, considerada como natural, harmônica e capaz de realizar suas necessidades individuais e sociais;
- as condições da exploração capitalista e as relações sociais que sustentam o trabalho alienado, inerentes ao processo de dominação e manutenção da ordem burguesa;
- o caráter contraditório da prática profissional e sua participação no processo de reprodução social dos interesses de classe contrapostos que convivem em tensão;
- a dimensão ético-política da prática profissional, em nome de uma neutralidade axiológica, afinada com a necessidade de legitimar a suposta "face humanitária do Estado e do empresariado" (BRITES; SALES, 2007, p. 26).

A partir de 1945, o serviço social latino-americano aliou-se às técnicas funcionalistas advindas da sociologia norte-americana, enquanto forma de instrumentalizar a investigação e a intervenção na realidade social. A hegemonia dos Estados Unidos influenciou diretamente o serviço social latino-americano, no tocante à profissão.

Sob a concepção funcionalista, o controle social exercido pressupunha a integração do indivíduo ao bom funcionamento de uma sociedade proposta pela classe dominante. Era enfatizado o trabalho com grupos, quer para interação, quer para fins terapêuticos, de forma a conseguir a melhor adaptação do

indivíduo ao seu meio. O modo funcionalista de pensar, investigar e intervir na realidade social ganhou força porque, culturalmente, correspondia aos interesses da ordem e da lógica burguesas instauradas na sociedade civil e no Estado brasileiro.

Influências para o serviço social brasileiro (BAIERL, 2005):

- 1930-1940: franco-belga, como o pensamento de São Tomás de Aquino (tomismo e positivismo);
- 1940-1950: norte-americana, influência do desenvolvimentismo;
- 1960-1975: latino-americana, influência do Movimento de Reconceituação.

8.2 Tomismo e neotomismo

A origem do serviço social, como vimos, fundamenta-se na doutrina social da Igreja, que tem por base filosófica, no período que vai de 1936 a 1960,¹³ o neotomismo (retomada da filosofia tomista), que adota os princípios de dignidade humana e do bem comum de São Tomás de Aquino.¹⁴

A doutrina de São Tomás de Aquino, embora tenha a influência no pensamento de Aristóteles, Platão e Santo Agostinho, viria a criar um sistema filosófico e teológico próprio e original. Esse sistema tornou-se de tal modo importante que marcou toda a filosofia medieval.

Uma das características dessa filosofia é a preocupação com a adaptação e a integração do pensamento de Aristóteles no cristianismo. Deve-se destacar a posição de São Tomás relativamente à problemática da relação entre teologia e filosofia (a de saber se uma predomina sobre a outra). Ele as considera duas disciplinas distintas. A teologia teria origem divina e se fundamentaria na revelação da verdade aos homens. Já a filosofia seria uma tentativa humana de perceber a verdade através da razão. Mas, sendo a verdade uma só – a verdade que a teologia tem como pressuposto –, seria possível ao homem chegar a ela pela razão, se esta for orientada. Se houver contradição entre o resultado da filosofia e a revelação da teologia, o erro só poderá estar na primeira e nunca nesta última. Assim, entre teologia e filosofia não há qualquer atrito, ambas têm o mesmo objetivo: conhecer a verdade, ou seja, conhecer Deus. São Tomás dá centralidade à capacidade da razão de demonstrar a existência de Deus ou de explicar os dogmas do cristianismo. A essa tentativa de iluminar pela razão tudo o que seja matéria de fé chamou "teologia natural". Então, para São Tomás, a filosofia propriamente dita, e especificamente sua filosofia, é teologia natural.

O tomismo, portanto, tem em Aristóteles sua referência para pensar a teologia e compreender a relação entre:

- Deus e mundo;
- fé e ciência;

¹³A partir dos anos 1960 ocorre um deslocamento das bases filosóficas do serviço social, na perspectiva de uma ruptura com os princípios filosóficos tomistas e da adoção de um pensamento em direção ao materialismo dialético.

¹⁴A filosofia de São Tomás de Aquino, filósofo dominicano, data do século XII e mantém-se como pressuposto filosófico para a compreensão do mundo e do homem até o século XVIII.

- teologia e filosofia;
- conhecimento e realidade.

Em busca de um pensamento coerente e harmônico, o tomismo adota por princípio que "tudo é inteligível pelo Ser, ideia análoga, realizando-se no ato e na potência" (AGUIAR, 1995, p. 41). Da perspectiva da potência e do ato, discute o homem como portador de alma e corpo, racionalidade e materialidade, donde o corpo está a serviço da alma.

No tomismo, Deus é a fonte de todos os seres e a primeira realidade a ser compreendida. A partir de uma hierarquia dos seres é que no tomismo é possível compreender o homem, que por ser composto de corpo e alma difere dos outros seres vivos.¹⁵

O homem é racional, portador de vontade e com possibilidades de escolhas, passível de perfectibilidade, enquanto imagem e semelhança de Deus, ou seja, o homem é bom na essência, racional, capaz de conhecer e escolher – é portador de liberdade e dignidade – e deve caminhar na direção da perfectibilidade humana, encontrar o caminho da virtude e do bem e alcançar o fim último: Deus.

O tomismo considera o homem, dada sua capacidade intelectual, protagonista do progresso e do desenvolvimento. Aguiar (*idem*, p. 42) destaca que o desenvolvimento humano vincula-se à vida em sociedade, cujas leis norteadoras têm por base a lei eterna e devem cumprir o objetivo de alcançar o bem comum.

São Tomás, segundo Aguiar (*idem*, p. 43), diz que a sociedade é "a união de homens com o propósito de efetuar algo comum" e define o bem-estar da sociedade como sendo "quando seus benefícios são distribuídos a todos".

Tendo como pressuposto que a sociedade é regida pela lei natural, lei humana e lei divina, o tomismo define que o Estado é a autoridade para garantir o bem comum. São Tomás considera que toda autoridade deriva de Deus, portanto respeitar a autoridade é respeitar a Deus, não existindo conflito entre fé e razão.

Assim sendo, não é difícil compreender que a origem do serviço social vincule-se à manutenção da ordem vigente e tenha em vista sua intervenção na perspectiva reformadora e adaptadora.

O neotomismo no Brasil, segundo o que apreendemos até o momento é apresentado e representado por diversos pensadores.



Saiba mais

Para aprofundamento desse tema, assistam ao filme *O nome da Rosa*, de Jean-Jacques Annaud.

¹⁵Considerando a alma forma substancial do corpo – corpo e alma são elementos indissociáveis e completam-se –, aquilo que lhe dá vida e demonstra a existência de Deus, o tomismo advoga que o homem tende naturalmente para Deus, como um movimento racional da criatura para Deus.

8.3 Positivismo

O positivismo ocupa a segunda metade do século XIX em todo o mundo civilizado. Ele representa uma reação contra o idealismo abstrato, propugnando um respeito maior para com a experiência, para com os dados positivos. O positivismo, porém, fica no mesmo âmbito imanentista do idealismo e do pensamento moderno em geral, defendendo o absoluto do dado da experiência. Ele foi fundado por Augusto Comte em contraposição às ideias que nortearam a Revolução Francesa no século XVIII e os respectivos valores da aristocracia, da monarquia absolutista. A doutrina de Comte parte do pressuposto de que a sociedade humana é regulada por leis naturais, invariáveis que independem da vontade e da ação humana, tal como a lei da gravidade. Para ele, as leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política são do mesmo tipo que as leis naturais e, portanto, o que reina na sociedade é uma organização semelhante à da natureza, uma espécie de harmonia natural.

O Estado concebido por Comte era responsável pela reorganização da sociedade, extremamente abalada pelo processo revolucionário, bem como a correção de todas as injustiças que seriam, ainda segundo o autor, não inerentes à sociedade industrial, mas ao referido egoísmo natural humano. O financiamento do Estado seria garantido pelo recolhimento de imposto, forma de socialização de riqueza segundo Comte. Seriam legítimos instrumentos do Estado para subordinar a propriedade privada à sua função social, afirmando que, se a riqueza é construída socialmente, não pode ser usufruída individualmente.

Um dos maiores representantes do positivismo inglês é João Stuart Mill (1806-1873); fazendo a crítica do positivismo inglês. As suas obras filosóficas mais notáveis são: *Sistema de lógica* e *Utilitarismo*. Nesta ele levanta todo o edifício do saber humano sobre meras sensações, consideradas dados primários e irreduzíveis, coligadas entre si pela lei da associação: o nosso raciocínio é apenas indutivo. As coisas são possibilidades permanentes de sensações; isto é, sensações que se poderão realizar na consciência, quando se apresentarem determinadas condições (imanentes, fenomênicas). Dado o empirismo teórico, compreende-se o utilitarismo moral de Stuart Mill; ele procura construir sobre o utilitarismo a sua ética, mediante uma artificial conversão do egoísmo em altruísmo.

A teoria positivista expandiu-se no Brasil durante o Império, contrapondo-se a este e defendendo a República. O Brasil foi o país onde o positivismo teve grande penetração, sendo que o Rio Grande do Sul, sob a influência de Júlio de Castilho, chegou a ter uma constituição inspirada no positivismo. A vertente religiosa do positivismo foi a que mais progrediu no Brasil.



Saiba mais

Para saber mais, contrapondo ao estudado, assistam a *Admirável mundo novo*, de Leslie Libman e Larry Williams.

8.4 Fenomenologia

Segundo alguns autores, não existe exatamente um método fenomenológico. A palavra fenomenologia significa estudo dos fenômenos – ciência dos fenômenos. Husserl, em seu trabalho, aborda a ciência da consciência e de seus fenômenos e considera que não se trata de ciência destinada a dar explicações sobre o mundo e as coisas ou de teoria explicativa que venha a acrescentar às anteriores.

O conceito de intencionalidade ocupa um lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencional, voltada para o mundo. Dessa forma, a fenomenologia pretende, ao mesmo tempo, combater o empirismo e o psicologismo e superar a oposição tradicional entre o realismo e o idealismo.

Já a fenomenologia social é o estudo dos modos como as pessoas vivenciam diretamente seu cotidiano e imbuem as suas atividades de significado. A partir de uma perspectiva determinada, cada um organiza o mundo em um sistema de coordenadas no qual este indivíduo é o centro. O mesmo ocorre com os demais indivíduos. O mundo social organiza-se mediante o intercâmbio entre os sistemas de coordenadas. Essa idealização não é apenas a situação física e espacial. O conceito de situação é mais rico do que o de pontos de vista, pois ele envolve o lugar em que alguém ocupa na sociedade, o papel que desempenha, as suas posições intelectuais, políticas, éticas e religiosas.

É necessário ressaltar a contribuição da fenomenologia no esforço de superar o empirismo. Preocupar-se com o fenômeno, com as intenções do sujeito, com o objeto e com o direcionamento da consciência. A fenomenologia assume a tarefa de penetrar diretamente no fenômeno entrando em contato efetivo com ele, livre de preconceito e pressuposições. Ela nunca se orienta pelos fatos externos ou internos, voltando-se para a realidade da consciência, para os objetivos enquanto decididos por e na consciência, isto é, para as essências ideais. Trata-se de fenômenos vistos pelos fenomenológicos como tudo aquilo que se manifesta imediatamente na consciência, alcançado por uma intuição, antes de toda e qualquer reflexão ou juízo.

Entende-se, dessa forma, que a fenomenologia é uma ciência voltada para o vivido, ou seja, propõe-se a estudar a realidade social concreta, compreensiva e interpretativa. Sua característica básica é a de ser um método voltado para uma descrição mais próxima da realidade, por meio do fenômeno da experiência. A fenomenologia caracteriza-se, também, pela exigência de rever as perspectivas sobre o sentido da existência humana.

A matriz fenomenológica é introduzida em um momento de transformação social e necessidades crescentes de produzir ações sociais transformadoras. Envolvendo a participação dos sujeitos nessa transformação, e ainda considera que os paradigmas teóricos do positivismo passam a ser questionados e interpelados. Acredita que não consegue dar conta da realidade vivida, ou seja, supõe sua incapacidade explicativa da realidade. Considerando ainda a busca de alternativas metodológicas para a pesquisa e a ação que articula teoria e prática é que a fenomenologia é inserida como uma alternativa, como uma ciência que vai explicar o vivido ou existencial.

A fenomenologia introduz a visão existencial no trabalho social proporcionando a aplicação da teoria psicossocial. Na fenomenologia o serviço social realiza-se por meio da intervenção social ou

tratamento social. Trata-se de um procedimento sistemático em que se desenvolve um processo de ajuda psicossocial, o qual é realizado por meio de um diálogo que deve levar às mudanças, partindo das experiências da pessoa, do grupo e da comunidade.

8.4.1 Dialética – materialismo dialético

Dialética é o movimento provocado por forças opostas, contraditórias, mas complementares. Por exemplo: a mão de obra humana desenvolveu-se a partir do trabalho, mas o trabalho também evoluiu a partir do momento em que a mão de obra passou a ser utilizada na construção de objetos.

A análise de Marx acerca da dialética é que o elemento central do materialismo histórico idealizado por Marx baseou-se em um modo de produção específico que surgiu com a dissolução do mundo feudal. O surgimento do materialismo histórico trouxe enormes consequências para a vida e a história de toda humanidade. De acordo com essa corrente de pensamento e seus próprios ensinamentos, o materialismo histórico não foi produto da criação isolada de um gênio, mas produto da história e do desenvolvimento social.

O materialismo histórico propõe que o pensamento não se comporte de forma especulativa, mas que passe da teoria para a prática, do pensamento à ação; compatibilizar ciência com política validando a ciência do ponto de vista histórico.

A dialética do materialismo é a posição filosófica que considera a matéria a única realidade e nega a existência da alma, de outra vida e de Deus. Sustenta que a realidade e o pensamento são a mesma coisa: as leis do pensamento são as leis da realidade. A realidade é contraditória, mas a contradição supera-se na síntese, que é a verdade dos momentos superados.

A dialética marxista postula que as leis do pensamento correspondem às leis da realidade. A dialética não é só pensamento: é pensamento e realidade a um só tempo. Mas a matéria e seu conteúdo histórico ditam a dialética do marxismo: a realidade é contraditória com o pensamento dialético. A contradição dialética não é apenas contradição externa, mas unidade das contradições, identidade: a dialética é a ciência que mostra como as contradições podem ser concretamente (isto é, vir-a-ser) idênticas, mostrando, também, porque a razão não deve tomar essas contradições como coisas mortas, petrificadas. Os momentos contraditórios são situados na história com sua parcela de verdade, mas também de erro; não se misturam, mas o conteúdo considerado unilateral é elevado a nível superior.

Na teoria marxista o materialismo histórico propõe-se a explicar a história das sociedades humanas, em todas as épocas, por meio dos fatos materiais, essencialmente econômicos e técnicos. A sociedade é comparada a um edifício no qual a infraestrutura, as fundações seriam representadas pelas forças econômicas, enquanto o edifício em si, a superestrutura, representaria as ideias, os costumes, as instituições (políticas, religiosas, jurídicas etc.). É importante ressaltar que, em muitos círculos do mundo capitalista, as ideias de Marx são pouco conhecidas. Geralmente são apresentadas à maneira de caricatura. A caricatura deforma, exagera os traços mais salientes da fisionomia de uma pessoa ou de uma obra e com isso cria uma atmosfera ridícula ou irreal. A ideologia faz o mesmo com os sistemas de

ideias que se contrapõem à corrente principal. Não é difícil entender que muitas ideias atribuídas a Marx são apenas caricaturas das ideias de Marx.

Netto (2004, p. 101) indica que o pensamento de Marx é, portanto, original não pelos temas abordados, mas pela maneira como ele os sintetizou. As relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida e as relações sociais. Tal afirmação, defendendo rigoroso determinismo econômico em todas as sociedades humanas, foi estabelecida por Marx e Engels dentro do permanente clima de polêmica que mantiveram com seus opositores e atenuada com a afirmativa de que existe constante interação e interdependência entre os dois níveis que compõem a estrutura social. A infraestrutura atua sobre a superestrutura e sobre os reflexos desta, embora, em última instância, os fatores econômicos são as condições que, finalmente, determinam as relações sociais.

A essência do homem é não ter essência. A essência do homem é algo que ele próprio constrói, ou seja, a história. O ser humano não nasce pronto. O homem é essencialmente produto do meio em que vive, é construído a partir das relações sociais estabelecidas pelas pessoas. Assim como o homem produz o seu próprio ambiente, este se torna a condição de existência, que não é livremente escolhida, mas sim previamente determinada. O homem pode fazer a sua história, mas não pode escolher em quais condições a realiza, é responsável por todos os seus atos, dado que é livre.

As relações sociais do homem ocorrem entre ele e a natureza, por meio de suas ações, a partir de suas condições materiais de produção, que dependem de fatores naturais, ou seja: na relação homem-natureza, assim como ocorre na divisão social do trabalho, ele constrói sua cultura. Deve-se considerar também a relação homem-natureza-cultura. No marxismo, a dialética transformou-se em uma maneira dinâmica de interpretar o mundo, os fatos históricos e econômicos, assim como as próprias ideias, sempre sob a égide do materialismo histórico. Em Marx a dialética está presente como método de transformação do real, ou o entendimento sobre algo criando as ideias.



Observação

A institucionalização e legitimação do serviço social como profissão, no Brasil, têm como fundamento processos de reprodução social da vida e nestes, particularmente, as diversas manifestações da questão social, como a pobreza, a subalternidade e a exclusão social.

A profissão resulta de circunstâncias históricas definidas e consolida-se à medida que se constituem no país as políticas sociais e seus (precários e insuficientes) padrões de proteção social.



Resumo

As origens do serviço social, portanto, devem ser localizadas na emergente sociedade urbano-industrial dos anos 1930, em uma conjuntura

peculiar do desenvolvimento capitalista, marcada por conflitos de classe, pelo crescimento numérico e qualitativo da classe operária urbana e pelas lutas sociais que esta desencadeia contra a exploração do trabalho e pela defesa dos direitos de cidadania.

As condições propícias à profissionalização do serviço social (e de tantas outras profissões) foram criadas a partir da crescente intervenção do Estado nos processos de regulação e reprodução social, por meio de políticas sociais públicas. Foi o contexto de enfrentamento da questão social pelo Estado e pelo empresariado, com o apoio da Igreja Católica, que conduziu à institucionalização e à legitimação do serviço social profissional em um cenário em que a pobreza era considerada, simultaneamente, algo natural e ameaça à ordem burguesa.

No entanto, as primeiras iniciativas de organização da profissão surgem por intermédio de grupos sociais, majoritariamente femininos, participantes do movimento católico leigo e responsáveis pela Ação Social da Igreja Católica nos segmentos mais vulneráveis e empobrecidos da classe operária, o que abrangia, especialmente, crianças e mulheres.

A Igreja Católica teve importância singular na configuração da identidade que marca a gênese do serviço social no Brasil, sendo responsável pelo seu ideário, pelo inicial e incipiente campo de ação e pelas agências de formação dos primeiros assistentes sociais.

Assim sendo, as primeiras escolas de serviço social do país organizaram-se sob forte influência europeia, especialmente da França e da Bélgica, países nos quais se formaram as pioneiras do serviço social no Brasil.

A partir da impossibilidade, cada vez mais evidente, de se intervir profissionalmente de forma objetiva no saneamento ou na eliminação das situações de "carências" da população-alvo, o serviço social refugia-se em uma discussão interna sobre seus elementos técnicos e metodológicos. Outros fatores também contribuem para que a categoria passe a questionar o conteúdo de sua prática:

- a crise do "milagre";
- o reaparecimento dos movimentos sociais;
- o surgimento de um sindicalismo operário independente;
- o pensamento e a prática de uma parcela a Igreja;

- escolas de serviço social incorporando em seus currículos as ciências sociais;
- a base social do serviço social, constituída marcadamente a partir dos estratos médios da sociedade;
- a adaptação do discurso e do projeto de prática institucional à correlação de forças presentes nas diversas conjunturas históricas.

No decorrer desses anos, a profissão sofrerá suas mais acentuadas transformações, "modernizando-se" tanto o agente como o corpo teórico, métodos e técnicas por ela utilizados.

Os elementos que mais incidiram no Movimento de Reconceituação foram:

- a revisão crítica que se processa nas ciências sociais: crise da teoria do desenvolvimento e emergência da teoria da dependência;
- as mudanças que ocorrem na Igreja Católica, influenciadas pela Teologia da Libertação;
- a presença ativa do movimento estudantil.

Esse movimento expressou-se em duas direções contraditórias:

- a primeira era de contestação, de oposição ao regime;
- a segunda era de adequação ao regime, com um caráter funcionalista.

Seus traços eram:

- nivelamento com as ciências sociais e os problemas sociais, intercambiando com outros profissionais;
- liderança de vanguarda quanto à pesquisa, na produção do conhecimento;
- aumento de diferentes concepções profissionais, rompendo com a homogeneidade de práticas;
- pluralismo teórico, metodológico e político, que rompia com a ideia de sociedade monolítica.

O documento de Araxá significou para o serviço social:

- a primeira expressão do Movimento de Reconceituação;
- uma tensão entre o tradicional e o moderno;
- uma definição do serviço social como técnica social, no plano da especulação prática, um instrumento no processo de desenvolvimento;
- atuar de modo planejado visando ao pleno desenvolvimento humano – autopromoção;
- embasar-se no positivismo, no funcionalismo, no neotomismo;
- vender-se quanto à realidade e suas desigualdades sociais;
- reafirmar a metodologia tradicional.

A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de políticas sociais.

Dessa forma, gradativamente, o Estado vai impulsionando a profissionalização do assistente social e ampliando seu campo de trabalho. Essa vinculação com as políticas sociais vai interferir também no perfil da população-alvo para a qual se volta a ação do serviço social, que se amplia e alcança grandes parcelas de trabalhadores, principal foco das ações assistenciais do Estado.

É importante lembrar que a ação normativa e social do Estado brasileiro, que nesse momento apresenta fortes características paternalistas e repressivas, reforçadoras da ideia de um Estado humanitário e benemerente, tenderá e se expressará, nas décadas seguintes, por meio de políticas sociais inoperantes, que, reproduzindo a luta política mais geral da sociedade – com suas contradições e ambiguidades – se caracterizará por sua pouca efetividade social e por sua crescente subordinação a interesses econômicos.

Apesar dessas características, porém, vemos crescer a dependência de parcelas cada vez maiores da população dos serviços sociais públicos com a finalidade de atender suas necessidades, particularmente no que se refere às condições de vida no espaço urbano. É, pois, na trama de relações sociais

concretas, na história social da organização da própria sociedade brasileira, que se gestam as condições para que, no processo de divisão social e técnica do trabalho, o serviço social constitua um espaço de profissionalização e assalariamento.



Questões

1. A legitimação e a institucionalização do serviço social no Brasil tem como marco histórico:

- A) O Movimento de Reconceituação.
- B) O fim da Primeira Guerra.
- C) O Estado Novo.
- D) A Revolução Industrial.
- E) O Golpe de 1964.

Resposta correta: alternativa C.

Análise das alternativas

Para responder a essa questão é necessário conhecimento prévio do contexto sócio-histórico do serviço social brasileiro.

Alternativa A: incorreta.

Justificativa: o Movimento de Reconceituação faz parte da história do serviço social, porém é demarcado na década de 1960, período ditatorial.

Alternativa B: incorreta.

Justificativa: o fim da Primeira Guerra ocorre no ano de 1918.

Alternativa C: correta.

Justificativa: o período de 1930 a 1945 coincide com dois grandes fatores político-sociais: a Segunda Guerra Mundial (Europa) e o período do Estado Novo (Brasil), caracterizando o surgimento da profissão no Brasil, com influência europeia. É só a partir de 1945 que se observa uma expansão do serviço social no país, com o fortalecimento do capitalismo local e as mudanças mundiais decorrentes do período.

Alternativa D: incorreta.

Justificativa: a Revolução Industrial teve início no século XVIII.

Alternativa E: incorreta.

Justificativa: no Golpe de 1964 o serviço social já havia sido institucionalizado.

2. (Enade 2010) As primeiras formulações teóricas do serviço social no Brasil seguem os princípios propostos pela Igreja Católica, determinados basicamente nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, documentos que propunham o envolvimento dos católicos com os problemas sociais. Essa perspectiva de formação teórica visa subsidiar a prática dos assistentes sociais sob uma visão teórica:

A) Fenomenológica.

B) Neopositivista.

C) Materialista.

D) Racionalista.

E) Neotomista.

Resolução desta questão na plataforma.

REFERÊNCIAS

Audiovisuais

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO. Direção: Leslie Libman e Larry Williams. País: EUA. 1998. (87 min.)

BAILE PERFUMADO. Direção: Paulo Caldas e Lírio Ferreira. País: Brasil. 1996. (93 min.)

GUERRA DE CANUDOS. Direção: Sérgio Resende. Série Panorama Histórico Brasileiro Tomo II. Os anos 20. País: Brasil. 1997. (160 min.)

LUTERO. Direção: Eric Till. País: Alemanha. 2003. (121 min.)

O NOME DA ROSA. Direção: Jean-Jacques Annaud. País: Alemanha. 1983. (130 min.).

Textuais

AGUIAR, A. G. *Serviço social e filosofia: das origens a Araxá*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

AMMANN, S. B. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRADE, M. A. R. A.. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. In: *Revista Serviço Social & Realidade*. Franca: Unesp, 2008.

ANTUNES, R. *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

AZEVEDO, D. *A Igreja Católica e seu papel político no Brasil*. In: *Estudos Avançados [on-line]*. 2004, v. 18, nº 52, p. 109-120. ISSN 0103-4014.

BAIERL, L. F. *A erosão do serviço social tradicional: contexto sociopolítico brasileiro*. Texto institucional para a disciplina *Fundamentos Teóricos-Metodológicos do Serviço Social – FTM IV*. São Paulo, 2004.

_____. *Um breve passeio pelo tempo: dos anos de 45 a 65 no Brasil e no mundo*. Texto institucional para a disciplina *Fundamentos Teóricos-Metodológicos do Serviço Social – FTM IV*. São Paulo, 2005.

BRITES, C. M.; SALLES, M. A. *Ética e práxis profissional*. In: *Curso de ética para agentes multiplicadores*. 2. ed. Brasília: CFESS, 2007.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

COUTO, B. R. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.

CRESS-SP. Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo. *Legislação Brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da(o) assistente social*. São Paulo: CRESS-SP, 2004.

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 84. São Paulo: Cortez, 2005.

____. Serviço social: questões presentes para o futuro. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. V. 2, 10. ed. São Paulo: Globo/ Publifolha, 2000.

GIOLO, J. *Estado, Igreja e educação no Rio Grande do Sul da Primeira República*. São Paulo: Feusp, 1997.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

____. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 15. ed. – São Paulo: Cortez/CELATS, 2003.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências (1975-1997). In: *Cadernos Abess*, nº 8. São Paulo: Cortez, 1998.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

____. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, A. A. *Indicações políticas: da Revolução à Constituição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

____. *Serviço social no Brasil: a ideologia de uma década*. São Paulo: Cortez, 1982.

LIMA, S. B. *Fontes para a história do serviço social: revisitando as origens da profissionalização do assistente social – Rio de Janeiro (1937-1945)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

MARINQUE, M. C. *História do serviço social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINELLI, M. L.; KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em serviço social. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 54. São Paulo: Cortez, 1994.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: CFESS/ABEPS; CEAD/UnB (org.). *Capacitação em serviço social e política social*. Brasília: Cead/UnB, 1999.

____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

____. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 84. São Paulo: Cortez, 2005.

NOZABIELLI, S. R. *Entre permanências e mudanças: a gestão municipal da política de assistência social na região de Sorocaba (SP)*. Tese de doutoramento. São Paulo: PUC/SP, 2008.

____. O processo de afirmação da assistência social como política social. In: *Serviço Social em Revista*. V. 8, nº 2. Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.

RAICHELIS, R. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, A. A. *A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado*. São Paulo: Cortez, 2004.

____. *A história do serviço social Brasileiro*. Texto institucional para a disciplina *Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social – FTM II*. São Paulo, 2003.

SILVA E SILVA, M. O. (coord.) *O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 2. ed. Coleção Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, A. *A menina Loas: um processo de construção da assistência social*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

TELLES, V. S. Questão social: afinal do que se trata? In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, nº 4, out-dez/1996.

VERDÈS-LEROUX, J. *Trabalhador social*. São Paulo: Cortez, 1986.

VIEIRA, B. O. *História do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria*. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

WEHRLE, B. Aproximação à carta encíclica *Rerum Novarum* no contexto da reação católico-liberal ao movimento socialista e do surgimento do serviço social. São Paulo: Paper, 2007.

YAZBEK, M. C. *Estudo e evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUCSP, 1977.

_____. *O serviço social como especialização do trabalho coletivo*. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo II. CFESS/ABEPSS, CEAD/UNB (Org.). Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: Cead, 1999.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 14. São Paulo: Cortez, 1984.

Exercícios

Unidade I – Questão 1: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2004: Serviço Social. Questão 19. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/enade/provas/SERVICO%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

Unidade I – Questão 2: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2004: Serviço Social. Questão 18 (adaptada). Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/enade/provas/SERVICO%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2011.



A series of horizontal lines for writing, consisting of 28 evenly spaced lines across the page.



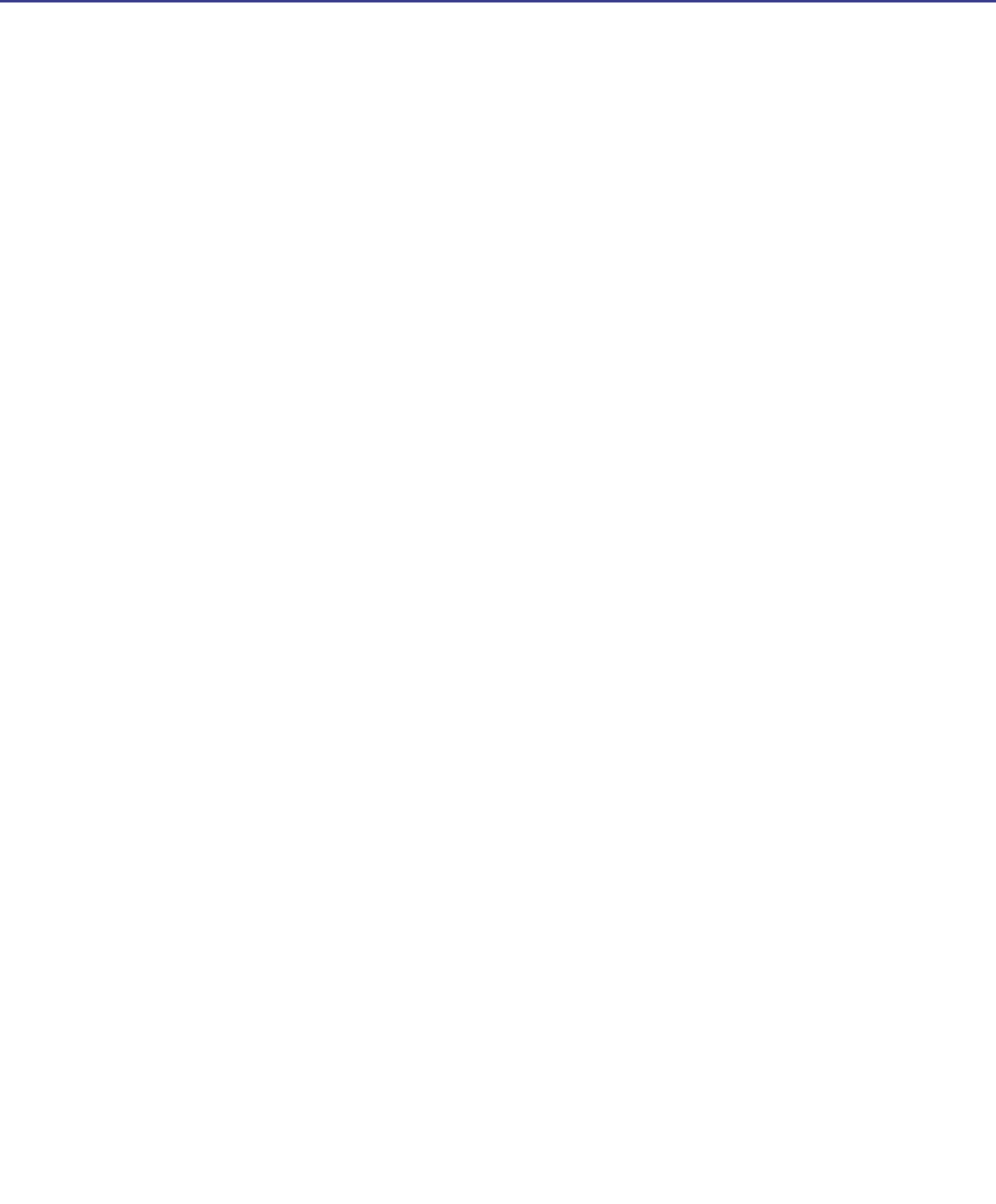
A series of horizontal lines for writing, consisting of 25 evenly spaced lines across the page.



A series of horizontal lines for writing, consisting of 25 evenly spaced lines across the page.



Lined writing area consisting of 30 horizontal lines.





Informações:
www.sepi.unip.br ou 0800 010 9000